C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

Relatório da Administração

DESTAQUES 4T23

Venda de vestuário cresce 18,8% no 4T23, com sólida expansão de margem bruta e aumento de 37,7% no EBITDA Ajustado pós-IFRS16.

Vendas mesmas lojas de vestuário cresceu **18,5%** em relação ao 4T22.

Margem bruta de vestuário de 56,5%, aumento de 1,2 p.p. em relação ao 4T22.

Despesas operacionais[3] diluíram 2,5 p.p. como % da receita líquida versus 4T22.

Expansão de margem EBITDA ajustado[3] pós-IFRS16 em 3,2 p.p. para 21,9%.

Lucro líquido ajustado[4] de **R$ 144,9 milhões,** 98,2% acima do 4T22.

Redução na alavancagem financeira para 1,5x dívida líquida total[5]/EBITDA ajustado pré-IFRS16.

Indicadores (R$ milhões)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Receita líquida Total (R$MM)	2.293,1	1.948,7	17,7%	6.719,3	6.183,6	8,7%
Receita líquida de vestuário (R$MM)	1.957,6	1.647,5	18,8%	5.551,6	5.021,1	10,6%
Vendas mesmas lojas de vestuário (SSS)[1] (%)	18,5%	1,3%	17,2p.p.	9,9%	16,1%	-6,2p.p.
Vendas mesmas lojas (SSS)[1] (%)	15,8%	1,0%	14,8p.p.	6,7%	15,9%	-9,2p.p.
Margem bruta total (%)	53,3%	51,7%	1,6p.p.	52,4%	50,2%	2,2p.p.
Margem bruta de vestuário (%)	56,5%	55,3%	1,2p.p.	55,3%	53,9%	1,4p.p.
Margem bruta de mercadorias (%)	53,2%	51,2%	2,0p.p.	51,3%	49,1%	2,2p.p.
Despesas operacionais[2] (R$MM)	(667,9)	(616,5)	8,3%	(2.262,2)	(2.301,0)	-1,7%
EBITDA ajustado[3] (pós-IFRS16)[4] (R$MM)	501,5	364,3	37,7%	1.047,9	750,1	39,7%
Margem EBITDA ajustada[3] (pós-IFRS16) (%)	21,9%	18,7%	3,2p.p.	15,6%	12,1%	3,5p.p.
Lucro (prejuízo) líquido (R$MM)	168,7	212,9	-20,8%	2,3	0,8	187,5%
Lucro (Prejuízo) líquido Ajustado[4]	144,9	73,1	98,2%	(44,8)	(184,7)	-75,7%
Investimentos (R$MM)	63,0	110,8	-43,1%	215,3	373,4	-42,3%

(1) SSS: Same Store Sale - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, vendas diretas, Ship from Store e Clique e Retire).
(2) Exclui despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento), despesa com PDD e outras (despesas) receitas operacionais para facilitar a análise.
(3) Ajustes incluem: (i) Outras Receitas (despesas) Operacionais líquidas; (ii) Receitas Financeira de Fornecedores; e (iii) Recuperação de Créditos Fiscais.
(4) Exclui os efeitos dos crédito tributários reconhecidos nos respectivos períodos.
(5) Inclui o compromisso com Bradescard.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A C&A apresentou mais um forte desempenho de vendas no quarto trimestre de 2023, com melhoria em todas as métricas operacionais. Isto demonstra a relevância das nossas escolhas estratégicas e a capacidade de execução do nosso time. O crescimento da receita líquida de vestuário de 18,8%, melhoria de margem bruta de vestuário para 56,5% (o maior nível histórico) e diluição das despesas, resultou em um avanço de 37,7% no EBITDA Ajustado (pós-IFRS 16) que atingiu R$ 501,5 milhões, com margem expandindo 3,2 p.p. para 21,9%.

O crescimento de vendas do vestuário no quarto trimestre, foi reflexo da estratégia comercial, conectada a nossa leitura do mercado, centrada em coleções versáteis que contribuiu para uma ótima aceitação por parte de nossas clientes. A margem bruta de vestuário expandiu 1,2 p.p. em relação ao 4T22, (8º trimestre consecutivo de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior) resultado de iniciativas e projetos estruturantes nos processos de alocação, distribuição, reposição e precificação de nossos produtos, que são consolidados e integrados em nosso Hub de Inteligência Comercial (HIC).

O foco na seleção e priorização de projetos, sustentado pela rigorosa disciplina financeira, viabilizou um Capex 43,1% menor. Nossos investimentos foram direcionados em tecnologia, digitalização de processos e análise de dados, com foco em projetos que buscam a melhor relação entre nível de vendas, margem bruta e eficiência de estoques.

A sólida geração de caixa operacional impulsionada pelo bom desempenho das vendas de vestuário, aliada a ações de otimização de capital de giro resultou em queda relevante da alavancagem financeira para 1,5x dívida líquida/EBITDA ajustado pré-IFRS16, incluindo o compromisso com Bradescard. Assim, encerramos o trimestre com caixa de R$ 1,2 bilhão, suficiente para cumprir todos os compromissos em 2024.

No quarto trimestre, o C&A Pay completou 2 anos e atingiu a marca de 5,0 milhões de cartões digitais emitidos, para uso exclusivo em nossos canais C&A. No final do ano, representou 25% das vendas do trimestre e está apresentando indicadores financeiros e de perdas melhores que o plano inicial. Entendemos que crédito ao consumidor também é um importante instrumento de fidelização, que contribui com a frequência e recorrência de compras e um potente gerador de dados comportamentais para o aprimoramento do desenvolvimento das coleções e da jornada das nossas clientes. Entretanto, continuamos muito atentos na eficiência dos processos de concessão, manutenção e recuperação de crédito dado o atual nível de endividamento das famílias.

Consideramos 2023 um ano marcante para a C&A. Obtivemos avanços relevantes na percepção das clientes sobre as nossas coleções de moda. O foco na oferta de produtos mais versáteis e a expansão do sortimento através de propostas regionalizadas para os diferentes perfis de loja se mostrou uma estratégia vencedora. Aliado a isso, o aumento da reatividade da cadeia de fornecimento possibilitou a redução do lead time de desenvolvimento e lançamento de coleções, contribuindo com a assertividade através da conexão com os comportamentos, desejos e necessidades da cliente em cada momento do ano.

Assim, foi possível entregar um consistente desempenho operacional, com o crescimento anual de vendas em mesmas lojas de vestuário de 9,9%, além de expansão da margem bruta em 1,4 p.p. e margem EBITDA de 3,5p.p.. Executamos um eficiente controle de despesas e do capital de giro o que possibilitou a normalização do nível de alavancagem financeira.

Importante ressaltar que este desempenho foi resultado do foco no nosso principal negócio de vestuário e evolução da maturação de projetos estruturantes implementados desde o IPO da Companhia em 2019.

Na área de ASG, obtivemos importante conquista no último trimestre do ano. Passamos a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e pelo sexto ano consecutivo fomos a empresa brasileira que mais pontuou no Índice de Transparência da Moda do Fashion Revolution. Também fomos a varejista de moda mais bem posicionada no Ranking GPTW (Great Place to Work).

Ao longo do ano, também houve o fortalecimento da alta liderança da empresa, com a entrada de executivos com vasta experiência em moda e varejo, Laurence Beltrão Gomes como Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores, Maria Carolina Borghesi como Vice-Presidente Presidente de Gente, Cultura e ASG e a promoção de Bruno Ferreira como Diretor TI e Transformação Digital.

O atual ambiente competitivo e o contexto macroeconômico nos estimulam a fortalecer nossas competências e a estar mais próximos das nossas clientes, aprimorando nossa oferta, a experiência de compra e potencializar a força da nossa marca.

Nossos avanços sequenciais dos resultados operacionais ao longo do ano, e principalmente no 4T23, fortalecem a confiança na continuidade da evolução da nossa competitividade em 2024 através de inteligência nos processos e uma proposta de valor atrativa para nossas clientes.

Por fim, agradecemos imensamente o engajamento dos nossos associados, a confiança e atenção das nossas clientes, a parceira com nossos fornecedores e o suporte e apoio de nossos acionistas.

A Administração C&A Modas S.A.

Desempenho Financeiro

RECEITA LÍQUIDA

No quarto trimestre, a receita líquida total atingiu R$ 2.293,1 milhões, montante 17,7% superior ao do 4T22. A receita líquida de mercadorias foi de R$ 2.179,9 milhões, com aumento de 16,0%, representando 95,1% do total e a receita de produtos e serviços financeiros foi de R$ 103,3 milhões, crescimento de 64,5%.

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Receita de vestuário	1.957,6	1.647,5	18,8%	5.551,6	5.021,1	10,6%
Receita de fashiontronics e beleza	222,3	232,1	-4,2%	785,1	883,4	-11,1%
Receita de mercadorias	2.179,9	1.879,6	16,0%	6.336,7	5.904,5	7,3%
Outras receitas	9,9	6,3	57,1%	26,0	21,7	19,8%
Receita de serviços financeiros	103,3	62,8	64,5%	356,6	257,4	38,5%
Receita líquida total	**2.293,1**	**1.948,7**	**17,7%**	**6.719,3**	**6.183,6**	**8,7%**

Vendas mesmas lojas (%)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Vendas mesmas lojas vestuário	18,5%	1,3%	17,2p.p.	9,9%	16,1%	-6,2p.p.
Vendas mesmas lojas fashiontronics e beleza	-3,7%	-1,3%	-2,4p.p.	-11,1%	14,4%	-25,5p.p.
Vendas mesmas lojas (SSS)[1] (%)	**15,8%**	**1,0%**	**14,8p.p.**	**6,7%**	**15,9%**	**-9,2p.p.**

(1) SSS: *Same Store Sale* - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, vendas diretas, Ship from Store e Clique e Retire).

Vestuário

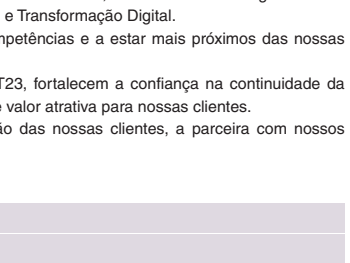
A receita líquida de vestuário apresentou aumento de 18,8% e SSS de 18,5% no 4T23.

A boa aceitação das nossas coleções de alto verão, aliada a gestão do sortimento, abastecimento e reposição eficiente do parque de lojas contribuíram para esta performance, com destaque para o crescimento das divisões do feminino e masculino.

Observamos crescimento destacado de lojas localizadas em pontos com perfil de clientes com maior concentração das classes A/B, resultado da estratégia de lançamento de produtos versáteis, alto valor percebido, atuais e exposição intuitiva em lojas.

No ano, a receita do vestuário cresceu 10,6% e SSS atingiu 9,9%.

+18,8%
aumento de receita de vestuário vs. 4T22



Eletrônicos

A categoria é composta por aparelhos celulares e smartphones, relógios e acessórios. O desempenho da receita ficou 11,8% menor em relação ao 4T22. A demanda por aparelhos celulares e smartphones continua baixa dado o fraco ambiente de consumo no Brasil. Além disso, a companhia tem concentrado sua atenção e foco nas categorias de Vestuário e Beleza e vem reduzindo sua exposição nesse segmento, até dezembro de 2023 foram fechados 27 quiosque de eletrônicos.

Beleza

Os produtos de beleza foram lançados no final de 2019 e atualmente o foco da companhia é aumentar a participação deste segmento. O desempenho da receita ficou 32,3% acima do 4T22.

Receita líquida de mercadorias

A receita líquida de mercadorias no trimestre ficou 16,0% acima do 4T22, somando R$ 2.179,9 milhões. O aumento dessa receita foi resultado do aumento na venda de vestuário no trimestre. Em 2023, a receita de mercadorias cresceu 7,3% em relação a 2022.

No conceito de vendas de mercadorias mesmas lojas (*Same Store Sales*), houve um aumento de 15,8% no 4T23 e 6,7% no ano.

Outras receitas

A linha de outras receitas aumentou 57,1% no 4T23, ficando em R$ 9,9 milhões, principalmente em função da maior cobrança de fretes do e-commerce.

RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

A receita de serviços financeiros no trimestre foi de R$ 103,3 milhões, apresentando aumento de 64,5%, principalmente em função do crescimento da operação do C&A Pay.

Digital

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Receita bruta digital total (GMV[1] 1P+3P)	395,6	396,7	-0,3%	1.464,6	1.170,7	25,1%
Receita líquida digital	292,7	296,9	-1,4%	1.077,5	872,4	23,5%
% Receita líquida digital/receita de mercadorias	13,4%	15,8%	-2,4p.p.	17,0%	14,8%	2,2p.p.

1) GMV - Gross Merchandise Value: 1P - first party relationship ou vendas da C&A, 3P - third party relationship ou vendas do markeplace.

Nossa Receita Bruta digital, ou GMV on-line, considerando nossas vendas pelo site, aplicativo, vendas diretas - incluindo WhatsApp, e dos parceiros (sellers) em nosso marketplace, ficou estável e atingiu R$ 395,6 milhões.

A receita líquida omnicanal da C&A no 4T23 foi de R$ 292,7 milhões, queda de 1,4%. A participação em relação à venda total foi de 13,4% no 4T23 e 17,0% no ano de 2023.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Lucro bruto de vestuário	1.105,2	911,2	21,3%	3.071,3	2.705,7	13,5%
Lucro bruto fashiontronics e beleza	55,4	51,6	7,4%	181,8	193,9	-6,2%
Lucro bruto de mercadorias	1.160,6	962,8	20,5%	3.253,1	2.899,6	12,2%
Lucro bruto outras	(42,5)	(16,9)	151,5%	(86,3)	(49,4)	74,7%
Lucro bruto de serviços financeiros	103,0	62,5	64,8%	355,5	255,8	39,0%
Lucro bruto total	**1.221,2**	**1.008,4**	**21,1%**	**3.522,3**	**3.106,1**	**13,4%**

%	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Margem bruta do vestuário	56,5%	55,3%	1,2p.p.	55,3%	53,9%	1,4p.p.
Margem bruta de eletrônicos e beleza	24,9%	22,2%	2,7p.p.	23,2%	21,9%	1,3p.p.
Margem bruta de mercadorias	53,2%	51,2%	2,0p.p.	51,3%	49,1%	2,2p.p.
Margem bruta total	**53,3%**	**51,7%**	**1,6p.p.**	**52,4%**	**50,2%**	**2,2p.p.**

No 4T23, o lucro bruto total acumulou R$ 1.221,2 milhões, montante 21,1% superior ao do 4T22. A margem bruta total no trimestre foi de 53,3%, uma expansão de 1,6 p.p. em relação ao mesmo período de ano passado. A precificação dinâmica de preços do vestuário e menor participação de eletrônicos na venda contribuiu para esta evolução. No ano, o lucro bruto aumentou 13,4%, totalizando $3.522,3 milhões e a margem bruta total foi de 52,4% aumento 2,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2022.

A margem bruta de vestuário ficou em 56,5%, um aumento de 1,2 p.p. em função da boa receptividade da coleção, maior giro dos estoques e do nosso modelo proprietário de gestão de margem comercial. Este modelo contempla desde testes e pesquisas constantes de mercado até correções de preços mais velozes a partir de algoritmos de precificação dinâmica. A contínua captura do benefício da distribuição push-pull também foi um promotor da expansão da margem bruta. Em 2023, a margem bruta expandiu 1,4 p.p. e ficou em 55,3%.

Em Fashiontronics e Beleza, a margem no trimestre subiu 2,7 p.p. e atingiu 24,9% devido ao aumento da participação de beleza na categoria e representou 25% do segmento. No ano, expandiu 1,3 p.p. e atingiu 23,2%.

A margem bruta de mercadorias ficou em 53,2%, aumento de 2,0 p.p. em relação ao 4T22. Este resultado é consequência da melhoria da margem bruta das categorias de Vestuário e Fashiontronics e Beleza. No ano, a margem bruta de mercadorias expandiu 2,2 p.p. e totalizou 51,3%.

+2,0 p.p.
de margem bruta em relação ao 4T22

DESPESAS OPERACIONAIS

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Despesas com vendas	(507,9)	(476,9)	6,5%	(1.726,4)	(1.815,4)	-4,9%
Despesas gerais e administrativas	(160,1)	(139,7)	14,6%	(535,8)	(485,6)	10,3%
Despesas operacionais[1]	**(667,9)**	**(616,5)**	**8,3%**	**(2.262,2)**	**(2.301,0)**	**-1,7%**
Outras (despesas) receitas operacionais	40,2	119,5	-66,4%	66,1	169,3	-61,0%
Despesas operacionais totais[2]	**(627,8)**	**(497,1)**	**26,3%**	**(2.196,1)**	**(2.131,8)**	**3,0%**

1) Exclui despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento), despesa com PDD e outras (despesas) receitas operacionais para facilitar a análise. As informações excluindo o impacto na norma IFRS16 estão disponíveis na planilha de fundamentos no site de RI da C&A.
2) Inclui Outras (despesas) receitas operacionais.

%	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Despesas com vendas/receita líquida total	22,1%	24,5%	-2,4p.p.	25,7%	29,4%	-3,7p.p.
Despesas G&A/Receita líquida total	7,0%	7,2%	-0,2p.p.	8,0%	7,9%	0,1p.p.
Despesas Operacionais[1]/Receita líquida total	**29,1%**	**31,6%**	**-2,5p.p.**	**33,7%**	**37,2%**	**-3,5p.p.**

1) Exclui despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento), despesa com PDD e outras (despesas) receitas operacionais.

No quarto trimestre, as despesas operacionais totais, excluindo depreciação e perdas em crédito líquidas, somaram R$ 627,8 milhões, montante 26,3% maior do que o apresentado no 4T22 principalmente em função da redução de outras (despesas) receitas operacionais. O total de despesas com vendas e gerais e administrativas cresceram 8,3% em relação ao 4T22 e apresentou diluição de 2,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado, demonstrando melhora na alavancagem operacional. Em 2023, a diluição foi de 3,5 p.p.

As despesas com vendas atingiram R$ 507,9 milhões, aumento de 6,5% em relação ao 4T22, com diluição de 2,4 p.p. Esse aumento reflete maiores despesas com serviços de terceiros relacionado a maior venda do período e projetos de tecnologia e digitalização, além de maiores investimentos em campanhas de marketing.

As despesas gerais e administrativas subiram 14,6%, somando R$ 160,1 milhões, principalmente em função do aumento na linha de pessoal, despesas com mão de obra de terceiros devido ao maior volume de peças manuseadas nos centros de distribuição e maior nível de despesas com projetos de tecnologia e digitalização.

A linha de Outras (Despesas) Receitas Operacionais foi uma receita de R$ 40,2 milhões, com queda de 66,4%, em função da base mais alta de comparação do 4T22, resultado do reconhecimento de créditos fiscais em 2022, referentes ao trânsito em julgado no STJ (Supremo Tribunal Judicial) do processo para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país.

SERVIÇOS FINANCEIROS

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Parceria Bradescard	10,9	10,7	1,9%	41,9	123,2	-66,0%
C&A Pay (Private Label)	92,4	52,2	77,0%	314,7	134,1	134,7%
Receita líquida de Impostos	**103,3**	**62,8**	**64,5%**	**356,6**	**257,3**	**38,6%**
Lucro bruto	**103,0**	**62,5**	**64,8%**	**355,5**	**255,8**	**39,0%**
(–) Perdas, Líq. das Recuperações (C&A Pay)	(56,6)	(30,0)	88,7%	(223,9)	(64,3)	248,2%
(–) Despesas Totais[1]	(56,3)	(62,2)	-9,5%	(212,0)	(211,4)	0,3%
(=) Resultado de Serviços Financeiros	**(9,9)**	**(29,7)**	**-66,7%**	**(80,4)**	**(19,9)**	**304,0%**

1) Exclui depreciação e amortização.

A receita líquida de serviços financeiros no trimestre foi de R$ 103,3 milhões, 64,5% superior ao 4T22 em função do bom desempenho do C&A Pay. No ano, a receita de serviços financeiros atingiu R$ 356,6 milhões, 38,6% acima do ano anterior.

A provisão para perdas da operação do C&A Pay foi de R$ 56,6 milhões no trimestre, em função da evolução da carteira. As despesas totais atingiram R$ 56,3 milhões, montante 9,5% inferior ao 4T22. Vale ressaltar que o C&A Pay completou o segundo ano de operação em dezembro/23 e ainda se encontra em fase de formação de safras. O detalhamento das despesas de serviços financeiros está disponível na planilha de fundamentos no site de RI da C&A - https://ri.cea.com.br.

Indicadores C&A Pay	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Carteira ativa (milhões)	963,0	562,6	71,0%	963,0	562,6	71,0%
Participação na venda do varejo	25%	16%	9p.p.	22%	13%	8p.p.
Número de cartões novos (mil)	830	608,0	36,4%	2.447	2.165,0	13,0%
Número de cartões emitidos (mil)	5.012	2.567,0	95,3%	5.012	2.567,0	95,3%
Perdas, líquidas de recuperações sobre carteira média do período (%)	6,7%	6,3%	0,4p.p.	29,3%	19,5%	9,8p.p.

O C&A Pay emitiu no trimestre mais de 830 mil novos cartões digitais, atingindo mais de 5,0 milhões e representou 25% das vendas, um aumento de 9 p.p. Em 2023, a participação do C&A Pay nas vendas representaram 22%. Importante ressaltar que a evolução dos modelos de concessão de crédito aponta para uma performance significativamente melhor das novas safras originadas, o que tem gerado segurança em relação a qualidade da carteira e a expectativa no nível de inadimplência futura.

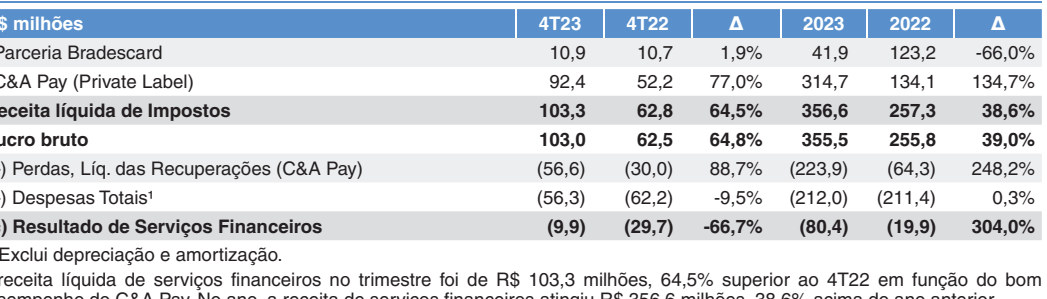
Na parceria com Bradescard, o número de cartões novos emitidos no trimestre foi de 28 mil e a participação do crédito oferecido de 3%, caindo 3 p.p.. Os indicadores da parceria Bradescard estão apresentados no anexo do documento.

A participação do crédito oferecido tanto via C&A Pay como via parceria Bradescard representou 28% das vendas no quarto trimestre. No ano, a participação do crédito na venda foi de 26%.

SERVIÇOS FINANCEIROS

Modalidade de pagamento

Destaca-se o ganho de participação do C&A Pay, refletindo a oferta assertiva e execução.



continua →

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:22:48 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S. SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

continuação

Relatório da Administração

Vencimento de carteiras

C&A Pay (R$ mil)	A vencer	vencida
Até 30 dias	236.208	18.514
De 31 a 60 dias	158.185	15.665
De 61 a 90 dias	117.484	21.336
De 91 a 180 dias	158.440	66.174
Acima de 180 dias	56.237	114.777
Total	**726.554**	**236.466**
Índice de Cobertura (vencidos há mais de 90 dias):	**101,9%**	

SERVIÇOS FINANCEIROS

Cobertura sobre carteiras

C&A Pay (R$ mil)	Carteira	PDD	Cobertura %
Saldo carteira ativa (*on balance*)	**963.020**	**184.232**	**19,1%**
Estágio 1	721.415	18.582	2,6%
Estágio 2	47.684	5.321	11,2%
Estágio 3 [1]	193.921	160.329	82,7%
Saldo de limites concedidos e não utilizados (*off balance*[2])	**748.247**	**147**	**0,02%**
Total geral	**1.711.267**	**184.379**	**10,8%**
Índice de cobertura (IFRS 9):		**19,1%**	
Índice de cobertura (vencidos há mais de 90 dias IFRS 9):		**95,1%**	

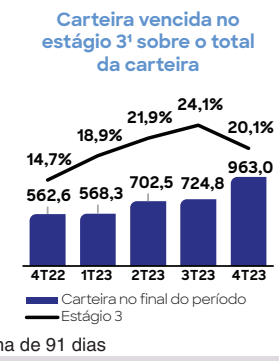
1) Atraso acima de 91 dias;

2) Considera limites concedidos e não utilizados.

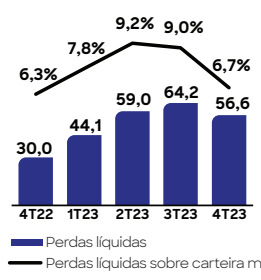
As rolagens apresentaram desde o início do 4T23 sinais de melhoria em todas as faixas de atraso, indicando uma melhora prospectiva nos índices de inadimplência. Além disso, as perdas líquidas sobre carteira média do período reduziram 2,3 p.p. em relação ao 3T23 e o índice de cobertura atingiu 95,1%, 3,6 p.p. acima do 3T23. Vale destacar que o prazo médio da carteira *(duration)* do C&A Pay é de 4,5 meses.

A carteira vencida no estágio 3 (atraso acima de 91 dias) atingiu 20,1% da carteira total, uma melhora de 4,0 p.p. em relação ao 3T23. Lembrando que o C&A Pay completou o segundo ano de operação em dezembro/23 e ainda se encontra em fase de formação de safras.

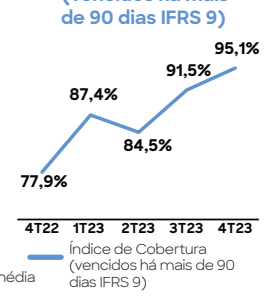
Carteira vencida no estágio 3[1] sobre o total da carteira



Perdas líquidas sobre carteira média



Índice de Cobertura (vencidos há mais de 90 dias IFRS 9)



1) Atraso acima de 91 dias

EBITDA AJUSTADO (PÓS-IFRS 16)

R$ milhões exceto margem	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**168,7**	**212,9**	**-20,8%**	**2,3**	**0,8**	**187,5%**
(+) Imposto sobre o lucro	76,7	93,6	-18,1%	(36,6)	(44,1)	-17,0%
(+/–) Resultado financeiro líquido	112,2	45,7	145,5%	428,7	311,5	37,6%
(+) Depreciação e amortização	179,3	129	39,0%	707,8	641,9	10,3%
(=) EBITDA (pós-IFRS16)	**536,8**	**481,3**	**11,5%**	**1.102,3**	**910,1**	**21,1%**
(+/–) Outras receitas (despesas) operacionais e líquidas	6,0	13,4	-55,2%	10,2	31,1	-67,2%
(+) Receita financeira de fornecedores	4,8	2,5	92,0%	11,7	9,2	27,2%
(–) Recuperação de créditos fiscais	(46,2)	(132,9)	-65,2%	(76,3)	(200,4)	-61,9%
(=) EBITDA ajustado (pós-IFRS 16)[1]	**501,5**	**364,3**	**37,7%**	**1.047,90**	**750,1**	**39,7%**
Margem EBITDA (pós-IFRS 16)[1] ajustada sobre receita líquida	**21,9%**	**18,7%**	**3,2p.p.**	**15,6%**	**12,1%**	**3,5p.p.**

1) EBITDA ajustado por: (i) outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) receita financeira de fornecedores; e (iii) recuperação de créditos fiscais.

O EBITDA ajustado pós-IFRS 16 no quarto trimestre de 2023 foi de R$ 501,5 milhões, um aumento de 37,7% em relação ao 4T22, com margem EBITDA ajustada pós-IFRS 16 de 21,9% acima da margem de 18,7% do 4T22. No ano, o EBITDA ajustado pós-IFRS 16 totalizou R$ 1.047,9 milhões, com margem de 15,6%.

EBITDA Ajustado
(pós-IFRS16)
+37,7%
acima do 4T22

R$ milhões exceto margem	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Resultado de Serviços Financeiros	9,9	29,7	-66,7%	80,4	19,9	304,0%
EBITDA ajustado (pós-IFRS 16)[1] da operação de varejo	**511,4**	**394,0**	**29,8%**	**1.128,30**	**770,0**	**46,5%**
Margem EBITDA ajustado (pós-IFRS 16)[1] da operação de varejo	**22,3%**	**20,2%**	**2,1p.p.**	**16,8%**	**12,5%**	**4,3p.p.**

1) EBITDA ajustado por: (i) outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) receita financeira de fornecedores; e (iii) recuperação de créditos fiscais.

No trimestre, o EBITDA ajustado (pós-IFRS16) da operação de Varejo foi de R$ 511,4 milhões, com margem de 22,3%, 2,1 p.p. acima do 4T22. Em 2023, o EBITDA ajustado (pós-IFRS16) da operação de Varejo atingiu R$ 1.128,3 milhões, com margem de 16,8%, uma melhora de 4.3 p.p. acima de 2022.

RESULTADO FINANCEIRO

R$ milhões exceto margem	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Variação cambial	0,8	0,3	166,7%	2,0	0,3	566,7%
Total despesas financeiras	**(154,8)**	**(171,9)**	**-9,9%**	**(636,5)**	**(601,3)**	**5,9%**
Juros sobre empréstimos	(57,6)	(81,4)	-29,2%	(255,4)	(272,4)	-6,2%
Juros sobre arrendamento	(41,9)	(40,2)	4,2%	(160,1)	(156,5)	2,3%
Despesas financeiras de fornecedores AVP	(31,5)	(25,8)	22,1%	(116,3)	(88,6)	31,3%
Juros com fornecedores Bradescard	(17,0)	(16,3)	4,3%	(70,6)	(54,3)	30,0%
Juros sobre impostos e contingências	(5,5)	(6,1)	-9,8%	(22,2)	(21,7)	2,3%
Encargos com antecipação de recebíveis	0,0	(1,5)	-100,0%	(4,1)	(1,5)	173,3%
Outras despesas financeiras	(1,2)	(0,5)	140,0%	(7,8)	(6,2)	25,8%
Total receitas financeiras	**37,8**	**125,9**	**-70,0%**	**198,7**	**289,6**	**-31,4%**
Receitas com juros	10,5	84,2	-87,5%	82,0	168,6	-51,4%
Juros sobre aplicações financeiras	22,4	39,1	-42,7%	105,0	111,7	-6,0%
Receita financeira de fornecedor	4,8	2,5	92,0%	11,7	9,2	27,2%
Outras receitas financeiras	0,0	0,0	–	0,0	0,0	–
Resultado com títulos e valores mobiliários	**4**	**0,0**	–	**7,1**	**0,0**	–
Resultado financeiro	**(112,2)**	**(45,7)**	**145,5%**	**(428,7)**	**(311,5)**	**37,6%**

No 4T23, o resultado financeiro foi uma despesa de R$ 112,2 milhões, 145,5% acima do mesmo período do ano passado, principalmente em função da queda de receita financeira, que no 4T22 foi beneficiada pelo reconhecimento dos juros dos créditos fiscais, principalmente do processo referente ao direito de alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda no varejo de smartphones produzidos no país no valor de cerca de R$ 40 milhões.

LUCRO LÍQUIDO

R$ milhões exceto margem	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	**168,7**	**212,9**	**-20,8%**	**2,3**	**0,8**	**187,5%**
Margem Líquida	7,4%	10,9%	-3,5p.p.	0,0%	0,0%	0,0p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado[1]	**144,9**	**73,1**	**98,2%**	**(44,8)**	**(184,7)**	**-75,7%**
Margem Líquida Ajustada	6,3%	3,8%	2,5p.p.	-0,7%	-3,0%	2,3p.p.

1) Exclui os efeitos dos crédito tributários reconhecidos nos respectivos períodos.

No 4T23, o lucro líquido atingiu R$ 168,7 milhões. O lucro líquido ajustado, que exclui principalmente o efeito dos créditos tributários reconhecidos no respectivos períodos, cresceu 98,2%. Em 2023, o lucro líquido totalizou R$ 2,3 milhões.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa Livre Ajustado

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Lucro (prejuízo) pré-IFRS16 antes do IR/CSLL	**248,1**	**310,3**	**-20,0%**	**(13,6)**	**10,1**	**-234,7%**
Depreciação e amortização	95,9	47,4	102,3%	367,7	295,1	24,6%
(+/–) Outros	155,8	(8,4)	-1954,8%	542,5	223,5	142,7%
Ajustes sem efeito caixa	**251,6**	**39,0**	**545,1%**	**910,1**	**518,5**	**75,5%**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(2,5)**	**(7,9)**	**-68,4%**	**(27,5)**	**(19,8)**	**38,9%**
Capital de giro	**(122,3)**	**502,6**	**-124,3%**	**(236,2)**	**92,6**	**-355,1%**
Contas a receber	(837,9)	(207,3)	304,2%	(725,9)	(206,9)	250,8%
Estoques	95,8	100,1	-4,3%	(106,0)	(65,9)	60,8%
Fornecedores	325,3	414,3	-21,5%	248,5	145,5	70,8%
Outros	294,5	195,5	50,6%	347,3	219,9	57,9%
Caixa originado das atividades operacionais	**375,0**	**844,0**	**-55,6%**	**632,8**	**601,5**	**5,2%**
(–) CAPEX (investimentos)	**(53,4)**	**(83,0)**	**-35,7%**	**(234,4)**	**(471,6)**	**-50,3%**
(=) Fluxo de caixa livre ajustado	**321,5**	**760,9**	**-57,7%**	**398,4**	**129,9**	**206,7%**

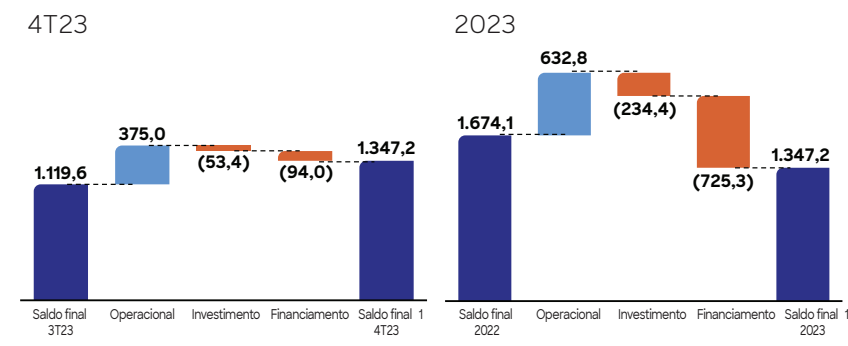
No quarto trimestre de 2023, o fluxo de caixa livre foi de R$ 321,5 milhões. Importante destacar que o capital de giro foi positivamente impactado, no 4T22, pelas iniciativas de aumento no ciclo de pagamento - junto a fornecedores diretos e indiretos, e para reduzir o ciclo de recebimento – introdução da parcela mínima.

Em função do bom resultado operacional no final ano, no 4T23 não foi realizada operação de antecipação de recebíveis, ao contrário do 4T22, quando foi foram antecipados R$260 milhões de recebíveis.

No ano de 2023, o fluxo de caixa livre atingiu R$ 398,4 milhões.

Movimentação de caixa 4T23 e 2023

O saldo final de caixa do trimestre aumentou R$ 227,6 milhões em relação a setembro de 2023. As atividades operacionais geraram caixa no valor de R$ 375,0 milhões. Além disso, tivemos a compensação de créditos fiscais extemporâneos de R$ 52,7 milhões. Os investimentos totalizaram R$ 53,4 milhões e as atividades de financiamento consumiram R$ 94,0 milhões. No ano, as atividades operacionais geraram R$ 632,8 milhões.



1) Considera aplicações financeiras LFT

INVESTIMENTOS

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Novas lojas	3,3	16,0	-79,4%	30,0	108,4	-72,3%
Reformas e remodelagens	16,9	22,9	-26,2%	33,6	45,6	-26,3%
Cadeia de suprimentos	2,7	11,6	-76,7%	18,3	37,8	-51,6%
Digital e tecnologia	40,1	60,3	-33,5%	133,4	181,6	-26,5%
Total dos investimentos [1]	**63,0**	**110,8**	**-43,1%**	**215,3**	**373,4**	**-42,3%**

(1) O valor do investimento corresponde aos investimentos adquiridos no período, mas não necessariamente pagos. O montante pago (saída de caixa) está informado no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

O investimento no trimestre foi de R$ 63,0 milhões. Do total, investimentos em Digital e Tecnologia somaram R$ 40,1 milhões. A otimização do valor investido é resultada da priorização de projetos e do foco em preservação de caixa.

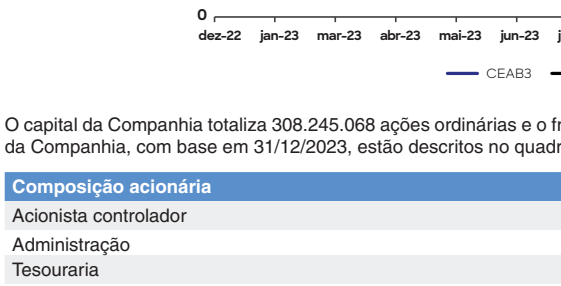
ENDIVIDAMENTO

R$ milhões	2023	2022	Δ
Dívida de curto prazo	512,1	746,4	-31,4%
Dívida de longo prazo	1.176,4	1.404,8	-16,3%
Dívida Bruta	**1.688,5**	**2.151,2**	**-21,5%**
Recompra do direito de ofertar produtos e serviços financeiros (Bradescard)	539,9	469,3	15,0%
Dívida bruta ajustada	**2.228,4**	**2.620,5**	**-15,0%**
(–) Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras[1]	**1.347,2**	**1.422,8**	**-5,3%**
(=) Caixa ou (Dívida Líquida)	**(881,2)**	**(1.197,7)**	**-26,4%**
EBITDA Ajustado pré-IFRS16	576,4	305,1	88,9%
Dívida líquida total/EBITDA Ajustado pré-IFRS16[1]	1,5x	3,9x	n/a

(1) Exclui o efeito da antecipação de recebíveis realizada em dezembro de 2022.

No fim do ano, nossa dívida líquida, incluindo o compromisso de pagamento com o Bradescard, totalizou R$ 881,2 milhões. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado pré IFRS 16 foi 1,5x, uma melhora em relação ao 3,9x do ano anterior.

Cronograma de Amortização da Dívida Bancária (R$ milhões)



O cronograma de amortização refere-se apenas ao principal, sem incluir juros.

Além dos valores apresentados no cronograma de amortização da dívida, em 2025, também teremos o compromisso de pagamento de principal de R$ 415 milhões, o qual foi negociado entre C&A e Bradescard, conforme acordo firmado para recompra do direito de oferta de produtos e serviços financeiros e está registrado na linha fornecedores do balanço.

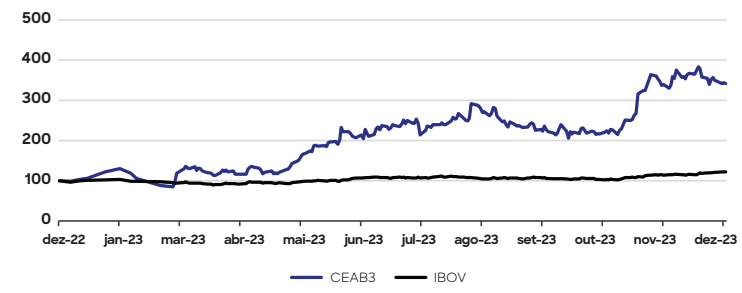
MERCADO DE CAPITAIS

A C&A estreou na B3 dia 28 de outubro de 2019 como empresa do Novo Mercado e o preço da oferta inicial das ações foi de R$ 16,50. O volume médio diário de negociação foi de R$ 26 milhões no 4T23 e as ações valorizaram 42,7%. No ano de 2023, as ações valorizaram 241,9% e, em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado da Companhia atingiu R$ 2,4 bilhões.

CEAB3[1]	
Preço final (31/12/2023)	R$ 7,83
Maior preço do 4T23	R$ 8,79
Menor preço do 4T23	R$ 4,71
Valorização/Desvalorização 4T23	42,7%
Número total de ações	308.245.068
Market Cap (31/12/2023)	R$ 2,4 bilhões
Média diária de liquidez do 4T23	R$26 milhões

1) Fonte: Enfoque, data-base 31/12/2023.

CEAB3 X IBOVESPA (31/12/2022 a 31/12/2023)



O capital da Companhia totaliza 308.245.068 ações ordinárias e o free float é de 33,5%. Nossos principais acionistas e o free float da Companhia, com base em 31/12/2023, estão descritos no quadro a seguir:

Composição acionária	Nº de ações (ON)	% do total
Acionista controlador	201.319.336	65,3%
Administração	899.686	0,3%
Tesouraria	2.650.500	0,9%
Outros	103.375.546	33,5%
Total	**308.245.068**	**100,0%**

ANEXOS

EBITDA Ajustado Total (pré-IFRS 16)

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**168,7**	**212,9**	**-20,8%**	**2,3**	**0,8**	**187,5%**
(+) Imposto sobre o lucro	76,7	93,6	-18,1%	36,6	44,1	-17,0%
(+/-) Resultado financeiro líquido	112,2	45,7	145,5%	428,7	311,5	37,6%
(+) Depreciação e amortização	179,3	129,0	39,0%	707,8	641,9	10,3%
(=) EBITDA (pós-IFRS16)	**536,8**	**481,3**	**11,5%**	**1.102,3**	**910,1**	**21,1%**
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	13,4	-55,2%	10,2	31,1	-67,2%
(+) Receita financeira de fornecedores	4,8	2,5	92,0%	11,7	9,2	27,2%
(-) Recuperação de créditos fiscais	(46,2)	(132,9)	-65,2%	(76,3)	(200,4)	-61,9%
(=) EBITDA ajustado (pós-IFRS 16)[1]	**501,5**	**364,3**	**37,7%**	**1.047,9**	**750,1**	**39,7%**
(-) Arrendamento Mercantil	(118,6)	(116,2)	2,1%	(471,5)	(445,0)	6,0%
(=) EBITDA ajustado (pré-IFRS 16)[1]	**382,9**	**248,2**	**54,3%**	**576,4**	**305,1**	**88,9%**
Margem EBITDA (pré-IFRS 16)[1]	16,7%	12,7%	4,0p.p.	8,6%	4,9%	3,7p.p.

1) EBITDA ajustado por: (i) outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) receita financeira de fornecedores; e (iii) recuperação de créditos fiscais. O EBITDA Ajustado pré IFRS16 não considera os efeitos da norma contábil IFRS16.

Indicadores parceria Bradescard

R$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Parceria Bradescard (modelo antigo)						
Contas a receber (milhões)	2,3	2,6	-11,5%	2,4	2,8	-14,3%
% venda	2%	6%	-4p.p.	4%	8%	-4p.p.
Número de cartões novos (mil)	–	93	–	99	365	-72,9%
Número de cartões ativos (mil)	1,6	2,1	-23,8%	1,6	2,3	-30,4%
Perdas líquidas das recuperações, sobre carteira média-período (%)	3,5%	4,9%	-1,4p.p.	16,8%	12,3%	4,5p.p.
Parceria Bradescard (modelo novo)						
% da venda	1%	–	–	–	–	–
Número de cartões novos (mil)	28	–	–	151,7	–	–

continua

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:23:13 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

→★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**1.130.245**	1.627.977	**1.155.588**	1.674.091
Títulos e valores mobiliários	7	**–**	8.735	**191.587**	8.735
Contas a receber	8	**1.054.599**	1.065.961	**1.778.421**	1.278.206
Derivativos	32.4	**721**	1.371	**721**	1.371
Partes relacionadas	9	**323**	4.335	**92**	95
Estoques	11	**875.238**	852.224	**875.155**	852.033
Tributos a recuperar	12	**379.126**	898.651	**388.451**	899.433
Outros ativos	13	**51.785**	39.200	**51.827**	39.259
Total do ativo circulante		**3.492.037**	4.498.454	**4.441.842**	4.753.223
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários - FIDC	7	**791.352**	–	**–**	–
Tributos a recuperar	12	**1.197.839**	937.371	**1.197.839**	937.371
Tributos diferidos	14	**535.488**	423.049	**535.959**	423.049
Depósitos judiciais	25.3	**47.641**	61.290	**47.668**	61.290
Partes relacionadas	9	**19**	76	**19**	76
Outros ativos	13	**3.219**	2.528	**3.219**	2.528
Total do ativo realizável a longo prazo		**2.575.558**	1.424.314	**1.784.704**	1.424.314
Investimento	15	**118.249**	48.655	**–**	–
Imobilizado	16	**763.401**	865.545	**763.401**	865.545
Direito de uso - arrendamento mercantil	19	**1.462.945**	1.565.447	**1.462.945**	1.565.447
Intangível	17	**964.493**	1.020.702	**964.764**	1.021.065
Total do ativo não circulante		**5.884.646**	4.924.663	**4.975.814**	4.876.371
Total do ativo		**9.376.683**	9.423.117	**9.417.656**	9.629.594

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Arrendamentos	19	**501.642**	513.238	**501.642**	513.238
Fornecedores	20	**1.172.988**	1.466.548	**1.189.225**	1.478.387
Obrigações de risco sacado	21	**364.709**	386.266	**364.709**	386.266
Empréstimos e debêntures	22	**511.427**	582.558	**511.427**	746.015
Derivativos	32.4	**1.392**	1.756	**1.392**	1.756
Obrigações trabalhistas	23	**230.098**	198.732	**231.364**	198.732
Partes relacionadas	9	**79.760**	48.567	**71.661**	43.592
Tributos a recolher	24	**277.772**	245.954	**287.249**	248.041
Outros passivos		**20.571**	29.733	**41.462**	63.704
Total do passivo circulante		**3.160.359**	3.473.352	**3.200.131**	3.679.731
Não circulante					
Arrendamentos	19	**1.209.781**	1.275.974	**1.209.781**	1.275.974
Fornecedores	20	**551.248**	12.570	**551.248**	12.570
Empréstimos e debêntures	22	**1.176.427**	1.404.817	**1.176.427**	1.404.817
Obrigações trabalhistas	23	**18.740**	7.370	**18.740**	7.370
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	**183.791**	182.750	**184.989**	182.847
Tributos a recolher	24	**12.410**	15.863	**12.410**	15.863
Outros passivos		**51.211**	50.226	**51.211**	50.226
Total do passivo não circulante		**3.203.608**	2.949.570	**3.204.806**	2.949.667
Total do passivo		**6.363.967**	6.422.922	**6.404.937**	6.629.398
Patrimônio líquido					
Capital social	26	**1.847.177**	1.847.177	**1.847.177**	1.847.177
Ações em tesouraria		**(8.498)**	(6.778)	**(8.498)**	(6.778)
Reserva de capital		**49.879**	37.641	**49.879**	37.641
Reserva de lucros		**1.124.744**	1.122.409	**1.124.744**	1.122.409
Resultados abrangentes		**(586)**	(254)	**(586)**	(254)
Total participação de controladores		**3.012.716**	3.000.195	**3.012.716**	3.000.195
Participação dos acionistas não controladores		**–**	–	**3**	1
Total do patrimônio líquido		**3.012.716**	3.000.195	**3.012.719**	3.000.196
Total do passivo e do patrimônio líquido		**9.376.683**	9.423.117	**9.417.656**	9.629.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R$)

				Reserva de capital		Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes				
	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Ações outorgadas	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.847.177	(1.362)	10.516	17.345	65.050	75.720	11.552	969.256	(248)	–	2.995.006	3	2.995.009
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações	10	–	–	–	9.780	–	–	–	–	–	–	9.780	–	9.780
Recompra de ações		–	(5.416)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.416)	–	(5.416)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	831	831	(2)	829
Reserva legal		–	–	–	–	42	–	–	–	–	(42)	–	–	–
Reservas de incentivos fiscais	24.8	–	–	–	–	–	–	789	–	–	(789)	–	–	–
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	(6)	–	(6)	–	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	65.092	75.720	12.341	969.256	(254)	–	3.000.195	1	3.000.196
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações	10	**–**	**–**	**–**	**12.238**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.238**	**–**	**12.238**
Recompra de ações		**–**	**(1.720)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.720)**	**–**	**(1.720)**
Destinação do resultado:		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.335**	**2.335**	**2**	**2.337**
Reserva legal		**–**	**–**	**–**	**–**	**116**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(116)**	**–**	**–**	**–**
Reservas de incentivos fiscais	24.8	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.219**	**–**	**–**	**(2.219)**	**–**	**–**	**–**
Outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(332)**	**–**	**(332)**	**–**	**(332)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.847.177**	**(8.498)**	**10.516**	**39.363**	**65.208**	**75.720**	**14.560**	**969.256**	**(586)**	**–**	**3.012.716**	**3**	**3.012.719**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	28	**6.481.200**	6.081.265	**6.719.317**	6.183.550
Venda de mercadorias e serviços		**6.376.470**	5.926.749	**6.362.725**	5.926.177
Produtos e serviços financeiros		**104.730**	154.516	**356.592**	257.373
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	29	**(3.196.478)**	(3.076.995)	**(3.197.049)**	(3.077.441)
Venda de mercadorias e serviços		**(3.196.073)**	(3.076.408)	**(3.195.966)**	(3.075.909)
Produtos e serviços financeiros		**(405)**	(587)	**(1.083)**	(1.532)
Lucro bruto		**3.284.722**	3.004.270	**3.522.268**	3.106.109
(Despesas) e receitas operacionais:					
Gerais e administrativas	29	**(783.776)**	(676.045)	**(786.065)**	(682.646)
Vendas	29	**(2.106.144)**	(2.178.333)	**(2.183.983)**	(2.260.266)
Perdas em créditos, líquida	8.5	**–**	–	**(223.878)**	(64.271)
Equivalência patrimonial	15	**(5.590)**	(52.667)	**–**	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	**66.362**	170.287	**66.106**	169.254
Lucro antes do resultado financeiro		**455.574**	267.512	**394.448**	268.180
Resultado de variação cambial		**1.980**	324	**1.980**	324
Despesas financeiras		**(678.660)**	(599.947)	**(636.476)**	(601.339)
Receitas financeiras		**184.087**	288.304	**198.745**	289.559
Resultado FIDC C&A Pay		**(4.648)**	–	**–**	–
Resultado com Títulos e valores mobiliários		**–**	–	**7.068**	–
Resultado financeiro	30	**(497.241)**	(311.319)	**(428.683)**	(311.456)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		**(41.667)**	(43.807)	**(34.235)**	(43.276)
Impostos sobre o lucro	14	**44.002**	44.638	**36.572**	44.105
Lucro líquido do exercício		**2.335**	831	**2.337**	829
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				**2**	(2)
Controladores				**2.335**	831
				2.337	829
Lucro básico por ação - em R$	35			**0,0076**	0,0027
Lucro básico por ação diluído - em R$	35			**0,0076**	0,0027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**2.335**	831	**2.337**	829
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	**(286)**	(9)	**(286)**	(9)
Outros resultados abrangentes	**(143)**	–	**(143)**	–
Efeitos tributários	**97**	3	**97**	3
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	**(332)**	(6)	**(332)**	(6)
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas:	**2.003**	825	**2.005**	823
Não controladores	**–**		**2**	(2)
Controladores	**–**		**2.003**	825
			2.005	823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atividades operacionais					
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda		**(41.667)**	(43.807)	**(34.235)**	(43.276)
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa:					
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	8.5	**2.155**	4.582	**233.482**	68.527
Ajuste a valor presente do contas a receber, estoques e fornecedores		**(3.815)**	(480)	**(3.815)**	(480)
Despesas com remuneração baseado em ações	10	**12.238**	9.780	**12.238**	9.780
Constituição de provisão para perda nos estoques	11.3	**78.027**	63.139	**78.027**	63.139
Ganho/Reconhecimento de processos tributários, incluindo atualização monetária	12.2.1.5	**(67.821)**	(225.271)	**(67.821)**	(225.271)
Equivalência patrimonial	15.2	**5.590**	52.667	**–**	–
Depreciação e amortização	16.3 e 17.3	**367.559**	294.967	**367.653**	295.060
Constituição (Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e direito de uso	18.2	**(3.816)**	(6.141)	**(3.816)**	(6.141)
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível		**9.411**	8.594	**9.411**	8.594
Amortização do direito de uso	19.4	**373.419**	381.532	**373.419**	381.532
Baixa de arrendamento	19.4	**(2.582)**	(6.577)	**(2.582)**	(6.577)
Juros sobre arrendamentos	19.4	**173.079**	165.719	**173.079**	165.719
Juros sobre empréstimos	22.4	**255.421**	272.449	**255.421**	272.449
Amortização custos de transação de empréstimos	22.4	**4.389**	2.777	**5.188**	4.247
Constituição (Reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**27.100**	42.047	**28.201**	42.144
Atualização de depósitos judiciais		**(9.590)**	(10.972)	**(9.590)**	(10.972)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários		**(322)**	(959)	**1.286**	(959)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		**17.021**	68.349	**(725.883)**	(206.909)
Partes relacionadas		**35.264**	(14.572)	**28.129**	(14.959)
Estoques		**(105.932)**	(66.094)	**(106.040)**	(65.903)
Tributos a recuperar		**326.878**	77.830	**318.335**	77.400
Outros créditos		**(13.276)**	(5.804)	**(13.259)**	(5.852)
Títulos e valores mobiliários		**(782.295)**	–	**(184.138)**	–
Depósitos judiciais		**15.579**	785	**15.551**	785
Fornecedores		**265.630**	134.722	**270.028**	145.501
Obrigações de risco sacado		**(21.557)**	–	**(21.557)**	–
Obrigações trabalhistas		**42.736**	44.957	**44.002**	44.957
Outros passivos		**(8.359)**	10.739	**(21.578)**	44.377
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**(18.399)**	(17.989)	**(18.399)**	(17.989)
Tributos a pagar		**(13.918)**	89.032	**(12.965)**	91.221
Impostos de renda e contribuição social pagos		**(26.055)**	(18.822)	**(27.521)**	(19.770)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		**892.092**	1.307.179	**960.251**	1.090.374
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		**(74.161)**	(193.203)	**(74.161)**	(193.203)
Aquisição de intangível		**(161.803)**	(278.765)	**(161.805)**	(278.765)
Aumento de capital em controlada		**(135.828)**	(70.000)	**–**	–
Redução de capital em controlada		**60.500**	–	**–**	–
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		**1.543**	380	**1.543**	380
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento		**(309.749)**	(541.588)	**(234.423)**	(471.588)
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos e emissão de debêntures		**250.000**	850.000	**381.372**	1.291.249
Custos de transação de empréstimos/ debêntures		**(4.183)**	(6.104)	**(4.983)**	(7.574)
Pagamento do principal dos empréstimos		**(452.500)**	(295.000)	**(745.429)**	(590.042)
Pagamento de juros sobre empréstimos		**(352.648)**	(195.503)	**(354.547)**	(194.323)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos		**(519.024)**	(488.840)	**(519.024)**	(488.840)
Recompra de ações		**(1.720)**	(5.416)	**(1.720)**	(5.416)
Fluxo de caixa originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		**(1.080.075)**	(140.863)	**(1.244.331)**	5.054
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**(497.732)**	624.728	**(518.503)**	623.840
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**1.627.977**	1.003.249	**1.674.091**	1.050.251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**1.130.245**	1.627.977	**1.155.588**	1.674.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**8.513.173**	7.918.641	**8.759.522**	8.034.803
Outras receitas operacionais	**69.012**	202.980	**63.210**	202.980
Provisão/reversão de perda crédito esperada	**1.478**	31	**(222.399)**	(64.240)
	8.583.663	8.121.652	**8.600.333**	8.173.543
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod. merc. e serv. vendidos	**(3.087.933)**	(3.003.603)	**(3.087.825)**	(3.003.105)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	**(936.568)**	(1.017.627)	**(990.650)**	(1.053.989)
Perda/recuperação de valores ativos	**(91.108)**	(49.593)	**(91.108)**	(49.593)
	(4.115.609)	(4.070.823)	**(4.169.583)**	(4.106.687)
Valor adicionado bruto	**4.468.054**	4.050.829	**4.430.750**	4.066.856
Depreciação e amortização	**(367.559)**	(294.967)	**(367.653)**	(295.060)
Depreciação do direito de uso	**(373.419)**	(381.531)	**(373.419)**	(381.531)
Retenções	**(740.978)**	(676.498)	**(741.072)**	(676.591)
Valor adicionado líquido produzido	**3.727.076**	3.374.331	**3.689.678**	3.390.265
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**(5.590)**	(52.667)	**–**	–
Receitas financeiras	**202.514**	327.142	**232.247**	328.464
	196.924	274.475	**232.247**	328.464
Valor adicionado total a distribuir	**3.924.000**	3.648.806	**3.921.925**	3.718.729
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**901.293**	883.831	**924.225**	937.891
Remuneração direta	**657.645**	655.465	**680.168**	700.699
Benefícios	**147.664**	152.471	**148.041**	152.471
F.G.T.S.	**55.496**	55.855	**55.811**	55.855
Outros	**40.488**	20.040	**40.205**	28.866
Impostos, Taxas e contribuições	**2.133.020**	1.935.891	**2.150.410**	1.950.370
Federais	**681.127**	646.994	**702.526**	658.880
Estaduais	**1.386.849**	1.231.856	**1.381.046**	1.232.202
Municipais	**65.044**	57.041	**66.838**	59.288
Remuneração de capitais de terceiros	**887.352**	828.253	**844.953**	829.641
Aluguéis	**207.370**	211.212	**207.370**	211.212
Despesas financeiras	**679.982**	617.041	**637.583**	618.429
Remuneração de capitais próprios	**2.335**	831	**2.337**	827
Lucros retidos	**2.335**	831	**2.335**	829
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	**–**	–	**2**	(2)
Distribuição do valor adicionado	**3.924.856**	3.648.806	**3.921.925**	3.718.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A C&A Modas S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Controladora") tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 33,54% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça. A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como "Grupo" ou "Consolidado", desempenham atividades preponderantes que englobam: Comercialização no Varejo • Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens. Serviços Financeiros: • Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.• Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais. • Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos. • Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 334 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2022), abastecidas por 6 operações logísticas e 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo referentes aos exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC07. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024. **2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. **2.4. Alteração em quadros e notas explicativas:** Durante a preparação de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo identificou a necessidade de reclassificar determinados valores e, visando atender ao conceito de comparabilidade trazido pelo CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, refletiu estas reclassificações sobre os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado abaixo. Estas reclassificações não modificam os valores totais e resultados anteriormente divulgados, assim como não afeta as demonstrações contábeis: **2.4.1. - Composição dos saldos de Fornecedores e Obrigações de risco sacado:** Após a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração visando melhorar a forma de apresentação sobre as operações de risco sacado, revisou o formato de apresentação e passou a demonstrar em uma rubrica e em nota separada com a nomenclatura "Obrigações de risco sacado" e não mais em "Fornecedores".

	Controladora			Consolidado		
Nota 20 - Fornecedores	**Como anteriormente reportado em 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Saldo em 31/12/2022**	**Como anteriormente reportado em 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Saldo em 31/12/2022**
Composição dos Fornecedores						
Fornecedores de mercadorias	706.318	–	706.318	706.318	–	706.318
Fornecedor Bradescard	469.328	–	469.328	469.328	–	469.328
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	324.069	–	324.069	335.908	–	335.908
Obrigações de Risco Sacado	386.266	(386.266)	–	386.266	(386.266)	–
Ajuste a valor presente	(20.597)	–	(20.597)	(20.597)	–	(20.597)
	1.865.384	(386.266)	1.479.118	1.877.223	(386.266)	1.490.957
Passivo circulante	1.852.814	(386.266)	1.466.548	1.864.653	(386.266)	1.478.387
Passivo não circulante	12.570	–	12.570	12.570	–	12.570
Nota 21 - Obrigações de risco sacado						
Obrigações de Risco Sacado						
Obrigações de Risco Sacado	–	386.266	386.266	–	386.266	386.266
Passivo circulante	–	386.266	386.266	–	386.266	386.266

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, Orion Instituição de Pagamento S.A., Moda Lab Ltda. e C&A Pay Holding Financeira Ltda., e indireta, C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. O Grupo também consolida as demonstrações financeiras do FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a titular de todas as quotas subordinadas e está exposta a maioria dos riscos e benefícios do fundo. Na consolidação do FIDC C&A Pay, são eliminados todos os ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre o Grupo e o FIDC C&A Pay.

	Participação 2023	Participação 2022
Controladas Diretas		
Orion Instituição de Pagamento S.A.	99,99%	99,99%
Moda Lab Ltda.	99,00%	99,00%
C&A Pay Holding Financeira Ltda.	99,99%	99,99%
Controlada Indireta		
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	99,99%	99,99%
Fundo de Investimento		
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100%	–

3.1. Orion Instituição de Pagamento S.A.: A Orion Instituição de Pagamento S.A. tem como objeto social a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento. **3.2. Moda Lab Ltda.:** Em 05 de maio de 2022 foi constituída a empresa Moda Lab Ltda., cujo objeto social tem como atividade principal a confecção de artigos de vestuários fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos. As vendas da Moda Lab Ltda., são realizadas exclusivamente para sua controladora. **3.3. C&A Pay Holding Financeira Ltda.:** Em 27 de dezembro de 2022 foi constituída a Empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda., cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador. **3.4. C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.:** Em 30 de dezembro de 2022 a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. recebeu autorização do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador. Esta Companhia passou a operar em 02 de maio de 2023. **3.5. C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados:** Em 02 de maio de 2023 foi iniciada a operação de um FIDC (C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados), em que a C&A Modas é a única cotista. O FIDC adquiriu inicialmente a carteira do C&A Pay que estava na Orion Instituição de Pagamento. A partir de maio/23, a gestão e concessão de crédito do C&A Pay foram transferidas para a SCD C&A Pay, que passou a originar os ativos e ceder para o FIDC.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **4.1. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta,a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A nova norma não deve ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. b) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo avaliou as alterações na norma e concluiu que não há impacto na prática atual. Os acordos de empréstimo existentes também não exigem renegociação. c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. As alterações terão impacto nas divulgações do Grupo, mas não na mensuração e reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras. **4.2. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2023:** A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações contábeis. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas. a) IFRS 17 - Contratos de Seguro: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. b) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. c) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. d) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: - Alterações ao IAS 12. As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. e) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre BEPS (Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros) e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois já que não detém participações em entidades controladas residentes em países membros da União Europeia ou em outras jurisdições que anunciaram ou já implementaram as regras de Pilar Dois.

continua→★

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:23:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

C&A

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível; b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível; c) provisões para perdas esperadas de créditos; d) provisão para perdas nos estoques; e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos; f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos; g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; i) provisão para restauração de lojas à sua condição original; j) participação nos lucros; k) pagamentos com base em ações; e l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento. A mensuração da provisão para os processos massificados cíveis e trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de valores gastos e percentual de perda, considerando a classificação de risco indicada pelos assessores jurídicos do Grupo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Política contábil: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação. Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado para o que é mantido até o vencimento e ao valor justo para o que é disponível para venda, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa		**5.040**	4.426	**5.040**	4.426
Bancos		**65.943**	53.930	**72.713**	56.621
Equivalente de caixa:					
Conta remunerada	**2% a 10% do CDI**	**51.758**	49.283	**52.697**	49.283
Certificado de depósito bancário	**98% a 103,9% do CDI**	**1.007.504**	1.520.338	**1.025.138**	1.563.761
		1.130.245	1.627.977	**1.155.588**	1.674.091

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

7.1. Política contábil: As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso do Grupo.

7.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (a)	**SELIC**	**100%**	**–**	8.735	**145.068**	8.735
FIDC - C&A Pay		**100%**	**791.352**	–	**–**	–
Fundo de investimento renda fixa		**98,46%**	**–**	–	**46.519**	–
			791.352	8.735	**191.587**	8.735
Ativo circulante			**–**	8.735	**191.587**	8.735
Ativo não circulante			**791.352**	–	**–**	–

(a) O Grupo possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, no montante de R$ 83.983 que estão vinculadas a garantia no processo de aumento de capital da SCD C&A Pay. **7.3. FIDC C&A Pay:** Em 02 de maio de 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 356/2001, pela Instrução CVM nº 444/2006 e demais disposições legais regularmente aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade das cotas emitidas pelo fundo são de titularidade e da C&A. A seguir está representada a estrutura de patrimônio do FIDC C&A Pay, em 31 de dezembro de 2023:

Série única	% PL do Fundo	Quantidade	Valor da cota	Valor
31/12/2023	100%	978.706	0,8452	827.251

Em 31 de dezembro de 2023, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

Ativo	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	4.817
Aplicações financeiras	54.102
Contas a receber	805.156
Outros créditos	50
Total do ativo	**864.125**
Passivo e patrimônio líquido	
Contas a pagar	36.874
Patrimônio líquido	827.251
Total do passivo e do patrimônio líquido	**864.125**

Conciliação Patrimônio líquido do FIDC x Patrimônio líquido FIDC consolidado

	2023
Patrimônio líquido FIDC	**827.251**
Ajustes de IFRS:	**(35.105)**
Perda esperada de crédito	(21.097)
Ajuste a valor presente	(14.008)
Reconhecimento de juros	(794)
Patrimônio líquido FIDC - Consolidado	**791.352**

O resultado do FIDC é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa n° 489, de 14 de janeiro de 2011, da CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios. Para as demonstrações contábeis consolidadas, a apuração de receita e perdas de créditos estão sendo apuradas de acordo com as normas do IFRS/CPC e políticas contábeis do Grupo.

8. CONTAS A RECEBER

8.1. Política contábil: As contas a receber englobam os valores devidos pela venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e cartão digital próprio através do C&A Pay. Também incluem os montantes a serem recebidos em relação às parcerias comerciais. Esses valores são apresentados a valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas. As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações com base em taxas relacionadas com o perfil de crédito do cliente. As taxas médias utilizadas em 31 de dezembro de 2023 foram 0,93% a.m. (1,12% em 31 de dezembro de 2022), sendo que a realização é registrada como receita de vendas. A perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos.

8.2. Composição das contas a receber

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operadoras de cartão	**958.344**	733.956	**958.344**	733.956
Cartão C&A Pay - partes relacionadas	**60.511**	308.796	**–**	–
Cartão C&A Pay - terceiros	**–**	–	**963.020**	562.632
Ajuste a valor presente	**(13.935)**	(21.749)	**(27.944)**	(21.749)
Perdas de crédito esperadas	**(2.955)**	(4.841)	**(187.334)**	(69.279)
Contas a receber clientes	**1.001.965**	1.016.162	**1.706.086**	1.205.560
Outras contas a receber	**64.730**	61.895	**84.431**	84.742
Perdas de crédito esperadas	**(12.096)**	(12.096)	**(12.096)**	(12.096)
Outras contas a receber	**52.634**	49.799	**72.335**	72.646
Total do contas a receber	**1.054.599**	1.065.961	**1.778.421**	1.278.206

8.3. Antecipação de recebíveis: O Grupo antecipou junto às adquirentes, referente ao exercício de 2023, o montante de R$705.127 (R$259.112 em 2022), relacionado aos seus recebíveis de cartão de crédito. Essa transação acarretou um custo de R$4.110 no exercício de 2023 (R$1.532 em 2022), correspondente a uma taxa de 1% a 1,2% ao mês (1,19% ao mês em 2022), sendo contabilizado como despesa financeira - antecipação de recebíveis (consulte a nota 30). Ao longo do exercício de 2023, a C&A Modas adiantou seus recebíveis com sua controlada C&A Pay SCD, totalizando R$ 1.491.030, com um custo de R$ 43.358. Essa operação envolveu uma taxa de 0,96% a 1,80%, sendo reconhecida como despesa financeira na empresa C&A Modas e como receita financeira na empresa C&A Pay SCD. Essas transações foram eliminadas durante a consolidação do Grupo (ver nota 30).

8.4. Carteira de crédito C&A Pay por faixa de atraso:

	FIDC C&A Pay 2023	FIDC C&A Pay 2022
A vencer:		
Até 30 dias	**236.208**	127.055
De 31 a 60 dias	**158.185**	85.049
De 61 a 90 dias	**117.484**	58.792
De 91 a 180 dias	**158.440**	107.183
Acima de 180 dias	**56.237**	66.426
	726.554	444.505
Vencidos:		
Até 30 dias	**18.514**	10.381
De 31 a 60 dias	**15.665**	10.293
De 61 a 90 dias	**21.336**	15.454
Há mais de 90 dias	**180.951**	81.999
	236.466	118.127
Total	**963.020**	562.632

8.5. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo em 31 de dezembro	**(16.937)**	(16.968)	**(81.375)**	(17.461)
(Provisão)/Reversão	**(2.155)**	(4.582)	**(233.482)**	(68.853)
Perda	**4.041**	4.613	**115.427**	4.939
Saldo em 31 de dezembro	**(15.051)**	(16.937)	**(199.430)**	(81.375)
Provisão de perda C&A Pay	**–**	–	**(184.379)**	(64.438)
Provisão para outras perdas	**(15.051)**	(16.937)	**(15.051)**	(16.937)

Para as contas a receber de clientes, o Grupo adota a metodologia do IFRS-9/CPC-48 e utiliza uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Essa abordagem não requer o acompanhamento das alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas expectativas de perda de crédito ao longo da vida em cada data de relato. As operações de crédito abrangem tanto os saldos no balanço (carteira ativa) quanto os fora do balanço (limites concedidos e não utilizados). Essas operações são registradas como prejuízo quando não há mais perspectivas de recuperar os saldos vencidos, resultando na reversão das provisões de perdas esperadas. Os três estágios apresentados a seguir, são utilizados como componentes de cálculo de perda esperada de carteira de crédito.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Em dia e até 30 dias de atraso	Atraso de 31 até 90 dias	Atraso acima de 90 dias

	FIDC C&A Pay 2023 Carteira	Provisão	% Cobertura
Estágio 1	721.415	18.582	2,58%
Estágio 2	47.684	5.321	11,16%
Estágio 3	193.921	160.329	82,68%
Saldo carteira ativa (*on balance*)	**963.020**	**184.232**	**19,13%**
Saldo de limites concedidos e não utilizados (*off balance*)	748.247	147	0,02%
Total Geral	**1.711.267**	**184.379**	**10,77%**
Índice de cobertura sobre carteira de crédito			19,15%

9. PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações do Grupo, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas. A relação que o Grupo possui com as partes relacionadas é como segue:

Controladora direta	**Associada, sem influência significativa**
COFRA Investments	C&A Services
Incas SARL	C&A Sourcing
Controladora indireta final	COFRA Latin America
COFRA AG	Instituto C&A
Controlada direta	
Orion Instituição de Pagamento S.A.	**Associada sob influência direta**
Moda Lab Ltda.	Cyamprev Soc. Previd. Privada
C&A Pay Holding Financeira Ltda.	
Cotista fundo de investimento	**Controlada indireta**
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

9.1. Transações nos balanços patrimoniais

	Natureza do saldo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Contas a receber					
Instituto C&A de Desenvolvimento Social	**Compartilhamento de despesas**	**27**	28	**27**	28
COFRA Latin America	**Compartilhamento de despesas**	**8**	10	**8**	10
Orion Inst. Pagamento	**Compartilhamento de despesas**	**6**	4.240	**–**	–
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	**Operações de cartões**	**187**	–	**–**	
Holding		**38**	–	**–**	–
		266	4.278	**35**	38
Despesas antecipadas					
C&A Service	**Pagto de licenças**	**76**	133	**76**	133
Total do ativo com partes relacionadas		**342**	4.411	**111**	171
Ativo circulante com partes relacionadas		**323**	4.335	**92**	95
Ativo não circulante com partes relacionadas		**19**	76	**19**	76

	Natureza do saldo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Contas a pagar					
C&A Sourcing	**Fornecimento de mercadoria**	**69.638**	41.713	**69.638**	41.713
Cyamprev Soc. Previd. Privada	**Contribuição mensal previdência**	**1.974**	1.879	**2.021**	1.879
Instituto C&A de Desenvolvimento Social		**2**	–	**2**	–
Orion Inst. Pagamento	**Reembolso de despesas**	**–**	4.975	–	–
FIDC C&A Pay	**Valores a repassar por recebimento de faturas**	**4.355**	–	–	–
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	**Reembolso de despesas**	**3.791**	–	–	–
		79.760	48.567	**71.661**	43.592
Passivo circulante com partes relacionadas		**79.760**	48.567	**71.661**	43.592

9.2. Transações nas demonstrações do resultado do período:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Reembolso pelo compartilhamento de despesa				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	**203**	1.003	**203**	1.003
COFRA Latin America	**79**	79	**79**	79
Orion Inst. Pagamento	**80**	33.082	**–**	–
	362	34.164	**282**	1.082
Despesas de serviços financeiros				
Orion Inst. Pagamento	**(143)**	(3.478)	**–**	–
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	**(7.538)**	–	**–**	–
	(7.681)	(3.478)	**–**	–
Antecipação de recebíveis				
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	**(43.358)**	–	**–**	–
Compras de mercadorias				
C&A Sourcing	**(336.756)**	(338.562)	**(336.756)**	(338.562)
Moda Lab	**–**	(2.799)	**–**	–
	(336.756)	(341.361)	**(336.756)**	(338.562)
Compras de serviços				
C&A Services	**(1.786)**	(1.706)	**(1.786)**	(1.706)
COFRA Latin America	**(231)**	(216)	**(231)**	(216)
	(2.017)	(1.922)	**(2.017)**	(1.922)
Contribuições previdenciárias				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	**(6.099)**	(7.851)	**(6.099)**	(7.851)

9.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração: As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	Controladora e Consolidado 2023	Controladora e Consolidado 2022
Remuneração fixa	**14.026**	12.579
Remuneração variável	**4.292**	3.170
Contribuições planos pós empregatícios	**93**	264
Incentivo de longo prazo	**4.967**	4.280
Cessação do cargo	**2.163**	–
Total sem encargos	**25.541**	20.293
Encargos estimados	**10.358**	3.561
Total com encargos	**35.899**	23.854

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de março de 2023, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2023, determinada no valor total sem encargos de até R$35.457 (R$31.645 para o exercício de 2022).

10. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo conta atualmente com Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. Até o momento foram realizadas outorgas no âmbito de programas aprovados nos anos de 2019, 2021, 2022 e 2023 ("Outorgas 2019","Outorgas 2021", "Outorgas 2022" e "Outorgas 2023", respectivamente). Outorgas 2019: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos. Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de fevereiro de 2020 foi aprovada a alteração de algumas das condições das outorgas de opções vigentes. Em 22 de dezembro de 2021 foi realizada reunião do Conselho de Administração em que foi aprovada uma nova alteração das condições das outorgas de 1.062.037 opções das 1.148.148 concedidas. Essas opções passaram a seguir as mesmas regras das "Outorgas 2021", e por este motivo passaram a ser divulgadas em conjunto. A seguir são descritas as regras das outorgas remanescentes de 86.111, atualmente vigente do programa "Outorgas 2019". A titularidade das opções de conversão de ações será adquirida pelos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do exercício de três anos após a data da outorga. A transferência, que será realizada independente do participante se manter como empregado ou administrador do Grupo, é sujeita à verificação da seguinte condição: o preço médio por Ação na bolsa de valores do Brasil (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) durante os 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores à cada data de exercício das Opções Vestidas deverá ser igual ou superior ao preço por Ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia (IPO), corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE, reduzido pelo valor por Ação distribuído a título de distribuições e juros sobre capital próprio e ajustado para refletir eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações ocorridos entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções Vestidas. O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência. A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 1,81 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o exercício é de R$9,05 do programa original e R$1,91 *fair value* (valor justo) incremental para as opções pós substituições, conforme procedimento de cálculo previsto pelo CPC 10. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações. Outorgas 2021: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 1.412.194 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. Em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2021 foi aprovada a uniformização das regras de 1.062.037 opções da Outorga 2019 em linha com as Outorgas 2021. O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga. O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência. A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 0,15 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o exercício de 2023 é de R$12,45. Outorgas 2022: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 3.619.618 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga. O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência. A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 1,23 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o exercício de 2023 é de R$2,66. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações. Outorgas 2023: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2023, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 4.712.639 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga. O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência. A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 2,36 anos. O valor justo das opções outorgadas durante exercício de 2023 é de R$5,29. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Movimentação:

Programa	Outorgas 2019 2ª substituição	Outorgas 2019 transferidas para Outorga 2021	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Total
Saldo em 31/12/2021	86.111	1.062.037	1.463.569	–	–	2.611.717
Outorgadas	–	–	68.836	3.619.618	–	3.688.454
Prescritas	–	–	(177.730)	(199.829)	–	(377.559)
Saldo em 31/12/2022	**86.111**	**1.062.037**	**1.354.675**	**3.419.789**	**–**	**5.922.612**
Outorgadas	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.712.639**	**4.712.639**
Prescritas	**(28.709)**	**–**	**(160.787)**	**(542.946)**	**(142.959)**	**(875.401)**
Saldo em 31/12/2023	**57.402**	**1.062.037**	**1.193.888**	**2.876.843**	**4.569.680**	**9.759.850**

Premissas:

	Outorgas 2019 (adicional da substituição) Lote 1	Lote 2	Lote 3	Outorgas 2019 (substituição dez21) Lote único	Outorgas 2021 Lote único	Outorgas 2022 Lote único
Modelo de precificação	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	5,63%	5,95%	6,20%	10,92%	6,395%	12,785%
Preço da ação considerado	16,89	16,89	16,89	6,59	11,63	2,51
Prazo de vida esperado das opções	21/10/2023	21/10/2024	21/10/2025	24/02/2024	24/02/2024	23/03/2025
Valor justo na data da mensuração	4,46	3,11	1,37	4,39	12,45	2,66
Volatilidade anualizada esperada	36,64%	37,79%	37,10%	58,69%	53,92%	57,58%

	Outorgas 2023 Lote único
Modelo de precificação	Monte Carlo
Rendimento dos dividendos	0,00%
Taxa livre de risco	12,97%
Preço da ação considerado	4,98
Prazo de vida esperado das opções	10/05/2026
Valor justo na data da mensuração	5,36
Volatilidade anualizada esperada	66,50%

Reconhecimento de despesas: As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital - ações outorgadas. As despesas reconhecidas durante os exercício de 2023 e 2022 e a reconhecer são como segue:

Despesas reconhecidas

Período	Outorgas 2019	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Total
2022	1.055	7.091	1.634	–	**9.780**
2023	–	5.910	2.493	3.835	**12.238**

Despesas a reconhecer

Ano	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Total
2024	1.094	2.782	7.053	**10.929**
2025	–	623	7.034	**7.657**
2026	–	–	2.506	**2.506**
	1.094	3.405	16.593	**21.092**

11. ESTOQUES

11.1. Política contábil: Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A provisão para perda nos estoques é estimada com base nas perdas históricas do Grupo, determinadas por meio de inventários físicos realizados pelo menos anualmente. Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.

11.2. Composição dos estoques:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Mercadorias para revenda	**881.760**	871.063	**881.677**	870.872
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	**1.195**	681	**1.195**	681
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	**387**	811	**387**	811
Ajuste a valor presente	**(22.179)**	(17.289)	**(22.179)**	(17.289)
Provisão para perdas	**(41.768)**	(37.258)	**(41.768)**	(37.258)
	819.395	818.008	**819.312**	817.817
Importações em andamento	**55.843**	34.216	**55.843**	34.216
	875.238	852.224	**875.155**	852.033

11.3. Movimentação da provisão para perdas: Movimentação do período:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro	**37.258**	45.961
Provisão	**78.027**	63.139
Reversão por utilização	**(73.517)**	(71.842)
Saldo em 31 de dezembro	**41.768**	37.258

O Grupo realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

12.1. Política contábil: São considerados tributos a recuperar: • os tributos gerados nas operações usuais do Grupo e que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, • e, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tributo derivado de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza. **12.2. Composição dos tributos a recuperar:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Crédito extemporâneo de PIS/COFINS (12.2.1)	**664.919**	1.363.664	**664.919**	1.363.664
PIS/COFINS	**654.855**	164.489	**654.864**	164.498
ICMS	**182.440**	182.883	**182.444**	182.887
IRPJ/CSLL	**33.052**	39.060	**40.503**	39.456
IRRF	**31.349**	28.365	**33.205**	28.735
IPI	**366**	328	**366**	328
Outros(a)	**9.984**	57.233	**9.989**	57.236
	1.576.965	1.836.022	**1.586.290**	1.836.804
Ativo circulante	**379.126**	898.651	**388.451**	899.433
Ativo não circulante	**1.197.839**	937.371	**1.197.839**	937.371

(a) Durante o ano de 2023 a Companhia compensou créditos previdenciários no valor de R$61.980, com tributos que tinha a recolher: 12.2.1 Crédito extemporâneo de PIS/COFINS: 12.2.1.1. ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28/02/2019 e 23/02/2022, respectivamente, com decisões favoráveis. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo do crédito extemporâneo atualizado é de R$532.397 (R$1.073.148 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados em suas operações normais. 12.2.1.2 Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM): Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos atualizados dos créditos correspondem ao montante de R$158.925 (R$148.583 em 31 de dezembro de 2022). 12.2.1.3 Crédito Ação Judicial Lei do Bem: Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo atualizado é de R$153.597 (R$141.933 em 31 de dezembro de 2022). 12.2.1.4 Medida provisória nº 1202 e a realização dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS: Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 a qual limita a compensação de créditos tributários confirmados por decisão transitada em julgado. A Administração avaliou essa norma e não espera impacto em seu fluxo de caixa para o ano de 2024 em razão da existência de saldo do crédito de PIS e COFINS gerado na operação, os quais serão utilizados mensalmente nas apurações. Devido às incertezas das novas decisões, a Administração considera prematura qualquer estimativa de utilização do saldo remanescente. 12.2.1.5 Movimentações dos Créditos extemporâneo de PIS e COFINS, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro	**1.363.664**	1.521.074
Compensações	**(766.566)**	(382.681)
Reconhecimento do principal	**–**	99.487
Reconhecimento dos juros e atualizações sobre créditos extemporâneos	**67.821**	125.784
Saldo em 31 de dezembro	**664.919**	1.363.664

12.2.2 Créditos relativos ao ICMS: 12.2.2.1. Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica: Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa como praticamente certo a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$81.794 (R$75.382 em 31 de dezembro de 2022). 12.2.2.2. Crédito Ação Judicial DIFAL - venda consumidor final não contribuinte do ICMS: Em 30/03/2022, houve o trânsito em julgado do leading case (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS - DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário a Companhia reconheceu contabilmente os valores, cujo saldo atualizado é de R$16.198 (R$14.317 em 31 de dezembro de 2022). O Grupo obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em 5 ações judiciais próprias, perante os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como está seguindo os procedimentos necessários para a realização da compensação dos valores.

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas antecipadas	**48.779**	36.367	**48.780**	36.426
Baixa de passivo de arrendamento (imóveis a devolver)	**4.016**	–	**4.016**	–
I.P.T.U.	**–**	670	**–**	670
Empréstimo e adiantamentos a funcionários	**1.634**	1.928	**1.675**	1.928
Outros	**575**	2.763	**575**	2.763
	55.004	41.728	**55.046**	41.787
Ativo circulante	**51.785**	39.200	**51.827**	39.259
Ativo não circulante	**3.219**	2.528	**3.219**	2.528

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Política contábil: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. Tributo diferido é gerado quando existem diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização. **14.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos:** Do Exercício:

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Aumento/ (Redução) no resultado	Aumento/ (Redução) no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	412.633	**(30.221)**	**–**	**382.412**
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	94.806	**2.958**	**–**	**97.764**
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.160	**1.200**	**–**	**21.360**
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.411	**(1.298)**	**–**	**5.113**
Provisão para participação no lucro	22.401	**(363)**	**–**	**22.038**
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	80.613	**7.014**	**–**	**87.627**
Perdas de creditos esperadas FIDC	–	**7.173**	**–**	**7.173**
Ajuste a valor presente FIDC	–	**4.763**	**–**	**4.763**
Outras	73.086	**4.046**	**97**	**77.229**
Ativo fiscal diferido	710.110	**(4.728)**	**97**	**705.479**
Créditos extemporâneos	(276.650)	**119.047**	**–**	**(157.603)**
Ajustes a valor presente	(10.411)	**(1.977)**	**–**	**(12.388)**
Passivo fiscal diferido	(287.061)	**117.070**	**–**	**(169.991)**
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	423.049	**112.342**	**97**	**535.488**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Aumento/(Redução) no resultado	Aumento/(Redução) no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	412.633	**(31.066)**	**–**	**381.567**
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	94.806	**3.365**		**98.171**
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.160	**2.109**	**–**	**22.269**
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.411	**(1.298)**	**–**	**5.113**
Provisão para participação no lucro	22.401	**(363)**	**–**	**22.038**
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	80.613	**7.014**	**–**	**87.627**
Perdas de creditos esperadas FIDC	–	**7.173**	**–**	**7.173**
Ajuste a valor presente FIDC	–	**4.763**	**–**	**4.763**
Outras	73.086	**4.046**	**97**	**77.229**
Ativo fiscal diferido	710.110	**(4.257)**	**97**	**705.950**
Créditos extemporâneos	(276.650)	**119.047**	**–**	**(157.603)**
Ajustes a valor presente	(10.411)	**(1.977)**	**–**	**(12.388)**
Passivo fiscal diferido	(287.061)	**117.070**	**–**	**(169.991)**
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	423.049	**112.813**	**97**	**535.959**

continua→★

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:23:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Aumento/ (Redução) no resultado	Aumento/ (Redução) no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2022
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	48.616	–	412.633
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86.626	8.180	–	94.806
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.534	(1.374)	–	20.160
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.087)	–	6.411
Provisão para participação no lucro	19.176	3.225	–	22.401
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	18.162	–	80.613
Outras	70.062	3.021	3	73.086
Ativo fiscal diferido	632.364	77.743	3	710.110
Créditos extemporâneos	(252.091)	(24.559)	–	(276.650)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(8.503)	–	(10.411)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	(33.062)	–	(287.061)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	378.365	44.681	3	423.049

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Aumento/(Redução) no resultado	Aumento/(Redução) no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2022
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	48.616	–	412.633
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86.626	8.180	–	94.806
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.972	(1.812)	–	20.160
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.087)	–	6.411
Provisão para participação no lucro	19.176	3.225	–	22.401
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	18.162	–	80.613
Outras	70.062	3.021	3	73.086
Ativo fiscal diferido	632.802	77.305	3	710.110
Créditos extemporâneos	(252.091)	(24.559)	–	(276.650)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(8.503)	–	(10.411)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	(33.062)	–	(287.061)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	378.803	44.243	3	423.049

14.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2023: O Grupo revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	95.707	95.974
2025	58.773	58.977
2026	113.951	113.951
2027	127.464	127.464
De 2028 a 2030	269.341	269.341
De 2031 a 2033	38.946	38.946
Após 2033	1.297	1.297
	705.479	705.950

14.4. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo antes dos impostos	**(41.667)**	(43.807)	**(34.235)**	(43.276)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	**14.167**	14.894	**11.640**	14.714
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**(1.937)**	(17.842)	**–**	–
Resultado não realizado nos estoques				
Doações não dedutíveis	**(2.838)**	(2.610)	**(2.838)**	(2.610)
PAT e Lei de incentivo a cultura	**2.071**		**2.071**	
Ajustes de *transfer pricing*	**(1.164)**	(1.456)	**(1.164)**	(1.456)
Brindes e multas não dedutíveis	**(642)**	(718)	**(642)**	(718)
Subvenção para Investimento	**4.723**	4.629	**4.723**	4.629
IR e CS de exercícios anteriores	**(101)**	2.272	**(101)**	1.738
Indébito Tributário	**29.699**	45.469	**29.727**	45.469
Prejuízo Operacional	**–**	–	**(661)**	(1.026)
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias (*)		–	**(6.255)**	(16.635)
Outras adições e exclusões permanentes		–		
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	**24**	–	**72**	–
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**44.002**	44.638	**36.572**	44.105
Corrente	**(68.340)**	(43)	**(76.241)**	(138)
Diferido	**112.342**	44.681	**112.813**	44.243
	44.002	44.638	**36.572**	44.105
Alíquota efetiva	**106%**	102%	**107%**	102%

(*) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, porque suas atividades foram transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023, portanto, não há expectativa de utilização dos prejuízos fiscais no curto prazo.

15. INVESTIMENTO

15.1. Políticas contábeis: O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. **15.2. Combinações de negócios: 15.2.1. Política contábil:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - (entrada de recursos) adquirido em *outputs* - (saídas de recursos), e os *inputs* - (entradas de recursos) adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - (saída de recursos). Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

15.3 Informações sobre investimento em controladas:

2023 Controladas Diretas	Participação acionária	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Lucro/ (Prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	**99,99%**	**13.240**	**(3.774)**	**9.466**	**81.329**	**(18.831)**	**9.465**	**(18.833)**
C&A Pay Holding	**99,999%**	**211.276**	**(102.448)**	**108.828**	**10.040**	**13.189**	**108.827**	**13.188**
Moda Lab	**99,00%**	**40**	**–**	**40**	**–**	**(53)**	**(43)**	**(53)***
Total							**118.249**	**(5.698)**

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao resultado não realizado nos estoques.

2023 Controlada Indireta	Participação acionária	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Lucro/ (Prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
C&A Pay SCD	**100%**	**183.749**	**(83.443)**	**100.306**	**10.040**	**12.983**	**100.306**	**12.983**

2022 Controladas diretas	Participação acionária	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Lucro/ (Prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	99,99%	563.045	(514.247)	48.798	119.640	(52.477)	48.798	(52.474)
Moda Lab	99,00%	49	–	49	2.801	(2)	(143)	(193)
Total							48.655	(52.667)

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao resultado não realizado nos estoques. **15.4 Movimentação do investimento:**

	Orion	C&A pay holding	Moda Lab	Total
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2021	31.272	–	–	31.272
Equivalência patrimonial	(52.474)	–	(2)	(52.476)
Adiantamento para futuro aumento de capital	70.000	–	–	70.000
Aumento de capital	–	–	50	50
Resultados não realizados nos estoques	–	–	(191)	(191)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2022	48.798	–	(143)	48.655
Equivalência patrimonial	**(18.833)**	**13.188**	**(53)**	**(5.698)**
Outros resultados abrangentes	**–**	**(144)**	**–**	**(144)**
Aumento de capital	**40.000**	**95.783**	**45**	**135.828**
Redução de capital	**(60.500)**	**–**	**–**	**(60.500)**
Resultados não realizados nos estoques	**–**	**–**	**108**	**108**
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2023	**9.465**	**108.827**	**(43)**	**118.249**

16. IMOBILIZADO

16.1. Política contábil: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção dos bens, deduzidos dos impostos recuperáveis. São acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja nos casos em que elas não estejam incluídas em direitos de uso, reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro *(impairment)*. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Ao início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revisados, e caso sejam alterados, o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para avaliação da vida útil é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas do Grupo. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

16.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado):

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Provisão de *impairment*	31 de dezembro de 2023
Máquinas e equipamentos	201.405	(119.650)	(1.272)	80.483
Móveis e utensílios	562.526	(363.248)	(1.606)	197.672
Equips. Informática	274.692	(214.179)	(276)	60.237
Veículos	470	(470)	–	–
Benfeitorias	1.455.525	(1.025.050)	(11.884)	418.591
Terrenos	126	–	–	126
Imobilizado em andamento	4.728	–	–	4.728
Custo estimado de devolução de lojas	2.970	(1.406)	–	1.564
	2.502.442	(1.724.003)	(15.038)	763.401

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Provisão de *impairment*	31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	234.113	(139.508)	(1.303)	93.302
Móveis e utensílios	555.481	(325.043)	(1.931)	228.507
Equips. Informática	284.440	(196.765)	(387)	87.288
Veículos	534	(533)	–	1
Benfeitorias	1.381.956	(927.774)	(14.365)	439.817
Terrenos	126	–	–	126
Imobilizado em andamento	14.787	–	–	14.787
Custo estimado de devolução de lojas	2.880	(1.163)	–	1.717
	2.474.317	(1.590.786)	(17.986)	865.545

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia. **16.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)**

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) *impairment*	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Máquinas e equiptos.	6,5%	**93.302**	–	(12.411)	(98)	(341)	–	31	80.483
Móveis e utensílios	10,8%	**228.507**	8.659	(40.562)	(3.086)	3.830	–	324	197.672
Equip. informática	20,3%	**87.288**	6.872	(32.906)	(1.124)	637	(640)	110	60.237
Veículos	20,0%	**1**	–	(1)	–	–	–	–	–
Benfeitorias (i)	9,4%	**439.817**	100	(78.100)	(3.041)	57.333	–	2.482	418.591
Terrenos	–	**126**	–	–	–	–	–	–	126
Imobilizado em andamento	–	**14.787**	51.400	–	–	(61.459)	–	–	4.728
Custo estimado de devolução de lojas (ii)	–	**1.717**	90	(243)	–	–	–	–	1.564
Total		**865.545**	**67.121**	**(164.223)**	**(7.349)**	**–**	**(640)**	**2.947**	**763.401**

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) *impairment*	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Máquinas e equiptos.	7,7%	98.864	255	(9.685)	(2.838)	3.236	–	3.470	93.302
Móveis e utensílios	14,5%	229.769	21.500	(33.007)	(1.087)	11.145	–	187	228.507
Equip. informática	20,2%	89.808	23.227	(30.816)	(460)	5.271	–	258	87.288
Veículos	20,0%	14	–	(13)	–	–	–	–	1
Benfeitorias (i)	10,5%	397.914	5	(63.433)	(2.775)	107.282	–	824	439.817
Terrenos	–	126	–	–	–	–	–	–	126
Imobilizado em andamento	–	18.291	123.430	–	–	(126.934)	–	–	14.787
Custo estimado de devolução de lojas	–	1.483	450	(216)	–	–	–	–	1.717
Total		**836.269**	**168.867**	**(137.170)**	**(7.160)**	**–**	**–**	**4.739**	**865.545**

(i) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor. (ii) O Grupo possui 29 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis. A estes contratos estão vinculadas provisões para desmantelamento e devolução. (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo adquiriu R$67.121 de ativos imobilizados, dos quais R$13.324 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R$19.364 durante o mesmo período de 2022) e R$19.364 foram desembolsados em 2023 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2022 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram desembolsados R$43.700 referente aos anos anteriores). **16.4. Revisão de vida útil:** Durante o ano 2022 o Grupo efetuou, com o auxílio de consultoria especializada, a revisão da vida útil de seus ativos em consonância ao pronunciamento CPC 27 Ativo Imobilizado. A revisão refletiu a estratégia atual de investimentos e reformas do Grupo. A metodologia aplicada no estudo consistiu na realização de pesquisas, análises técnicas e documentais que indicassem determinados intervalos de vida útil, levando em consideração a tipologia, natureza de cada bem, aplicação na operação do Grupo, condições de operação e manutenção do ativo.

A seguir, demonstramos os novos prazos de vida útil, para as classes de ativos que sofreram alteração em 2022:

Classes Contábeis	Vida útil média (anos) 2023	2022	2021
Máquinas e Equipamentos	15	15	13
Móveis e Utensílios	9	9	7
Benfeitorias	11	11	9

17. INTANGÍVEL

17.1. Política contábil: Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Para ativos intangíveis com vida útil indefinida são performados testes de recuperabilidade anualmente.

17.2. Composição do intangível

Controladora	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Provisão de *impairment*	2023 Saldo Contábil	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Provisão de *impairment*	2022 Saldo Contábil
Sistemas de informática	**1.289.459**	**(778.548)**	**–**	**510.911**	1.136.302	(578.031)	(119)	558.152
Fundo de comércio	**71.107**	**(51.028)**	**–**	**20.079**	72.211	(50.977)	(750)	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros	**415.000**	**–**	**–**	**415.000**	415.000	–	–	415.000
Intangível em andamento	**18.503**	**–**	**–**	**18.503**	27.066	–	–	27.066
Total	**1.794.069**	**(829.576)**	**–**	**964.493**	1.650.579	(629.008)	(869)	1.020.702

Consolidado	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Provisão de *impairment*	2023 Saldo Contábil	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Provisão de *impairment*	2022 Saldo Contábil
Sistemas de informática	**1.289.921**	**(778.741)**	**–**	**511.180**	1.136.765	(578.131)	(119)	558.515
Fundo de comércio	**71.107**	**(51.028)**	**–**	**20.079**	72.211	(50.977)	(750)	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros	**415.000**	**–**	**–**	**415.000**	415.000	–	–	415.000
Intangível em andamento	**18.505**	**–**	**–**	**18.505**	27.066	–	–	27.066
Total	**1.794.533**	**(829.769)**	**–**	**964.764**	1.651.042	(629.108)	(869)	1.021.065

17.3. Movimentação intangível

Controladora

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições (i)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Sistemas de informática	18,5%	558.152	**–**	**(200.371)**	**(855)**	**153.226**	**640**	**119**	**510.911**
Fundo de comércio	10,0%	20.484	**–**	**(2.965)**	**(1.750)**	**3.560**	**–**	**750**	**20.079**
Direito de exploração de serviços financeiros	–	415.000	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**415.000**
Intangível em andamento	–	27.066	**148.223**	**–**	**–**	**(156.786)**	**–**	**–**	**18.503**
Total		1.020.702	**148.223**	**(203.336)**	**(2.605)**	**–**	**640**	**869**	**964.493**

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Sistemas de informática	18,5%	364.375	–	(155.061)	(126)	348.920	–	44	558.152
Fundo de comércio	10,0%	19.633	–	(2.736)	(1.688)	5.264	–	11	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros	–	415.000	–	–	–	–	–	–	415.000
Intangível em andamento	–	176.231	205.019	–	–	(354.184)	–	–	27.066
Total		**975.239**	**205.019**	**(157.797)**	**(1.814)**	**–**	**–**	**55**	**1.020.702**

Consolidado

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições (i)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) *impairment*	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Sistemas de informática	–	**558.515**	**–**	**(200.465)**	**(855)**	**153.226**	**640**	**119**	**511.180**
Fundo de comércio	–	**20.484**	**–**	**(2.965)**	**(1.750)**	**3.560**	**–**	**750**	**20.079**
Direito de exploração de serviços financeiros	**–**	**415.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**415.000**
Intangível em andamento	**–**	**27.066**	**148.225**	**–**	**–**	**(156.786)**	**–**	**–**	**18.505**
Total		**1.021.065**	**148.225**	**(203.430)**	**(2.605)**	**–**	**640**	**869**	**964.764**

	Taxa média amortização (a.a. %)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Sistemas de informática	18,5%	364.831	–	(155.154)	(126)	348.920	–	44	558.515
Fundo de comércio	10,0%	19.633	–	(2.736)	(1.688)	5.264	–	11	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros	–	415.000	–	–	–	–	–	–	415.000
Intangível em andamento	–	176.231	205.019	–	–	(354.184)	–	–	27.066
Total		975.695	205.019	(157.890)	(1.814)	–	–	55	1.021.065

(i) Durante o exercício de 2023, o Grupo adicionou R$148.225 à conta de intangíveis dos quais R$16.775 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores e R$30.355 foram desembolsados em 2023 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2022.

18. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

18.1. Política contábil: A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (impairment) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício store contribution menor que 5% sobre as vendas líquidas e/ou lojas que apresentaram impairment no ano anterior. As lojas devem ter mais de três anos, que é a idade para ser considerada uma loja madura na Companhia. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto depois dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. A Companhia também registra provisão para redução ao valor recuperável de fechamento de lojas quando são aprovados pela Administração. A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva. **18.2. Premissas:** A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, depois do imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado foram consideradas as premissas abaixo: (i) Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja; (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas corrigidos por uma inflação estimada de 3,98% a.a. para 2024 e 3,55% para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central; e (iii) Taxa de desconto: calculada levando em consideração taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,48% a.a.. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento. Na data-base 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade 2023	Teste de recuperabilidade 2022	Reforma e encerramento de lojas 2023	Reforma e encerramento de lojas 2022	Total 2023	Total 2022
Imobilizado	**(15.038)**	(15.974)	–	(2.012)	**(15.038)**	(17.986)
Intangível	**–**	(119)	–	(750)	**–**	(869)
Total	**(15.038)**	(16.093)	**–**	(2.762)	**(15.038)**	(18.855)

19. ARRENDAMENTOS

19.1. Política contábil: O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O Grupo utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que o Grupo teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante. O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei n° 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso do Grupo na renovação de seus contratos. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, o Grupo considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo. *Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020:* Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, o Grupo revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16. Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos. **19.2 Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento:** Baseado na Revisão de Pronunciamentos Técnicos - Nº 16/2020 que apresenta esclarecimentos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS16, referentes a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento, o Grupo avaliou os acordos obtidos com seus parceiros arrendadores e concluiu que as negociações nos aluguéis decorrentes da COVID-19 não compreendem uma alteração contratual, logo, sem impacto de remensuração dos arrendamentos. O montante de desconto líquidos de impostos obtido nas negociações durante o período de janeiro a março de 2022 foi de R$6.440, registrados no resultado do período sob a rubrica despesa de ocupação. O período abrangido por esse pronunciamento se encerrou em 30 de junho de 2022, portanto, não houve valores a serem registrados no ano de 2023.

19.3 Taxa de juros incremental

O Grupo chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("*spread*" de crédito). Os *spreads* foram obtidos a partir dos *spreads* observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas nos exercícios de 2023 e 2022:

Prazos dos contratos	2023 Taxa Real (% a.a.)	2023 Taxa Nominal (% a.a.)	2022 Taxa Real (% a.a.)	2022 Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	**6,1**	**12,3**	8,0 - 10,6	14,9 - 16,4
de 3 a 5 anos	**6,5 - 8,0**	**12,1 - 14,5**	7,3	13,4
de 5 a 6 anos	**3,5 - 5,9**	**7,9 - 12,3**	4,0 - 8,1	9,1 - 14,7
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	**3,2 - 7,7**	**6,8 - 14,8**	3,2 - 7,7	6,8 - 14,3

19.4 Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

	Ativo por direito de uso Imóveis	Equipamentos	Total	Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.541.306**	**24.141**	**1.565.447**	**(1.789.212)**
Amortização (i)	**(368.422)**	**(4.997)**	**(373.419)**	**–**
Encargos financeiros	**–**	**–**	**–**	**(173.079)**
Pagamentos realizados	**–**	**–**	**–**	**519.024**
Provisão para custos de desmontagem	**180**	**–**	**180**	**–**
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	**131.821**	**3.403**	**135.224**	**(132.643)**
Remensuração (iii)	**135.170**	**343**	**135.513**	**(135.513)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.440.055**	**22.890**	**1.462.945**	**(1.711.423)**
Passivo circulante				**(501.642)**
Passivo não circulante				**(1.209.781)**

(i) Montante apresentado nesta tabela não se apresenta deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos no valor de R$46.207 e sobre os juros no valor de R$12.960, que foram registrados diretamente em resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. (ii) Refere-se a entrada de 9 contratos novos, 17 renovados e 3 encerrados. (iii) Refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos mínimos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel;

	Ativo por direito de uso Imóveis	Equipamentos	Total	Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.635.512**	**4.778**	**1.640.290**	**(1.814.148)**
Amortização	(378.210)	(3.322)	(381.532)	–
Encargos financeiros	–	–	–	(165.719)
Pagamentos realizados	–	–	–	488.840
Provisão para custos de desmontagem	990	–	990	–
Pagamentos antecipados	(410)	–	(410)	–
Redução ao valor recuperável	1.347	–	1.347	–
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	72.622	22.277	94.899	(88.322)
Remensuração	209.455	408	209.863	(209.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.541.306**	**24.141**	**1.565.447**	**(1.789.212)**
Passivo circulante				(513.238)
Passivo não circulante				(1.275.974)

a) Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários: Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (3,2% a 14,8%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenário	Taxa incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação (contabilizado)

O cenário 2 foi o adotado pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme determina o CPC06(R2)/IFRS16, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	2023	2022
Passivo de arrendamento		
Cenário 1	1.814.047	2.033.448
Cenário 2 (contabilizado)	**1.711.423**	**1.789.212**
Encargos Financeiros		
Cenário 1	178.564	87.981
Cenário 2 (contabilizado)	**173.079**	**165.719**
Despesa de Depreciação		
Cenário 1	356.700	435.603
Cenário 2 (contabilizado)	**373.419**	**381.532**
Total de Despesa		
Cenário 1	535.264	523.584
Cenário 2 (contabilizado)	**546.498**	**547.251**

continua →★

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:24:00 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)
Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	2023		2022	
Com vencimento	**Pagamentos**	**Direito Potencial de PIS/ COFINS**	**Pagamentos**	**Direito Potencial de PIS/ COFINS**
Menos de um ano	**500.406**	**(44.693)**	513.238	(44.118)
De um a cinco anos	**1.308.062**	**(116.387)**	1.391.273	(125.785)
Mais de cinco anos	**497.441**	**(43.441)**	475.322	(41.983)
Total dos pagamentos mínimos	**2.305.909**	**(204.521)**	2.379.833	(211.886)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	**(594.486)**	**52.731**	(590.621)	52.979
Valor presente dos pagamentos mínimos	**1.711.423**	**(151.790)**	1.789.212	(158.907)
Passivo Circulante	**501.642**		513.238	
Passivo Não circulante	**1.209.781**		1.275.974	

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que o Grupo terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a despesa relativa aos 20 contratos de arrendamento variável foi de R$5.858 (19 contratos no mesmo período de 2022 foi de R$5.336). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R$16.418 (R$20.631 no exercício findo de 31 de dezembro de 2022), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis. O Grupo não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações. c) Redução ao valor recuperável: Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 18).

20. FORNECEDORES

20.1 Política contábil: Fornecedores representam as obrigações do Grupo decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações e sua reversão tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo. **20.2 Composição dos saldos:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores de mercadorias	**829.269**	706.318	**829.270**	706.318
Fornecedor Bradescard	**539.898**	469.328	**539.898**	469.328
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	**376.558**	324.069	**392.794**	335.908
Ajuste a valor presente	**(21.489)**	(20.597)	**(21.489)**	(20.597)
	1.724.236	1.479.118	**1.740.473**	1.490.957
Passivo circulante	**1.172.988**	1.466.548	**1.189.225**	1.478.387
Passivo não circulante	**551.248**	12.570	**551.248**	12.570

Fornecedor Bradescard: O Grupo adquiriu o balcão Bradesco no valor de R$415 milhões, que está registrado sob a rubrica de fornecedores de longo prazo. O montante é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo "juros com fornecedores" (nota 30). Em 31 de dezembro de 2023 o valor corrigido é de R$540 milhões. As condições do contrato original foram renegociadas e, entre outras alterações, a liquidação que estava prevista para janeiro de 2023 foi postergada para julho de 2025. Este novo contrato também possui cláusula restritiva ("covenants"), com as mesmas condições mencionadas no item 23.5 Cláusulas contratuais restritivas ("covenants") para empréstimos e debêntures. Ajuste a valor presente: O Grupo efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram de 0,93% e 1,12%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

21. OBRIGAÇÕES DE RISCO SACADO

21.1. Política contábil: O Grupo possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com o Grupo e, também, através de convênios com instituições financeiras. Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelo Grupo. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais.
21.2. Composição dos saldos:

	Controladora e Consolidado	
	2023	**2022**
Obrigações de Risco Sacado	**364.709**	386.266
Passivo circulante	**364.709**	386.266

O Grupo recebeu com essa operação uma comissão no montante de R$12.911 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$9.255 durante o mesmo período de 2022). No exercício findo em 2023 a taxa de desconto ficou entre 1,23% a.m. a 1,89% a.m. (ante 1,08% a.m. a 2,04% a.m. durante o mesmo período de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram antecipados R$ 43.361 pelos fornecedores diretamente com o Grupo e a receita foi de R$ 329 registrada como receita financeira, líquida do custo de captação (durante o mesmo período de 2022 foram antecipados R$ 84 e a receita foi de R$1).

22. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

22.1. Política contábil: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo também considera as operações de empréstimos com terceiros como atividades de financiamento.
22.2. Composição dos empréstimos e debêntures:

			Controladora		Consolidado	
Descrições	**Taxas a.a.**	**Vencimento**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Nota Promissórias	100% CDI+ 1,09%	2023	**–**	506.881	**–**	506.881
CCB (i)	100% CDI+ 2,79%	2024	**63.746**	106.694	**63.746**	106.694
Debêntures 1ª Emissão série única (ii)	100% CDI+ 2,15%	2024 a 2025	**507.519**	508.661	**507.519**	508.661
Notas Comerciais escriturais - série única, 1ª emissão (iii)	100% CDI + 2,45%	2026 a 2027	**259.947**	260.951	**259.947**	260.951
Debêntures 2ª Emissão 1ª série (iv)	100% CDI + 2,10%	2025	**251.749**	252.368	**251.749**	252.368
Debêntures 2ª Emissão 2ª série (iv)	100% CDI + 2,40%	2025 a 2028	**358.685**	359.571	**358.685**	359.571
Notas Comerciais escriturais - série única, 2ª emissão (v)	100% CDI+ 2,10%	2024	**51.193**	–	**51.193**	–
Notas Comerciais escriturais - série única, 3ª emissão (vi)	100% CDI+ 2,70%	2024 a 2025	**202.560**	–	**202.560**	–
Conta Garantida (vii)	100% CDI+2,10%	2023		–		163.457
(–) Custo de transação a apropriar			**(7.545)**	(7.751)	**(7.545)**	(7.751)
Total			**1.687.854**	1.987.375	**1.687.854**	2.150.832
Passivo circulante			**511.427**	582.558	**511.427**	746.015
Passivo não circulante			**1.176.427**	1.404.817	**1.176.427**	1.404.817

i. Em 30 de setembro de 2020, o Grupo realizou a emissão de duas CCBs, sendo: • a primeira no valor de R$230.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,95% ao ano, com pagamento de juros semestrais em 6 parcelas e a amortização do principal na data de vencimento em 2023. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente essa CCB cujo vencimento original era 30 de junho de 2023. • a segunda no valor de R$120.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,90% ao ano, com pagamento em 6 parcelas de R$20.000, sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2022 e o final em julho de 2024. A Companhia repactuou o contrato. A parcela com vencimento em janeiro de 2022 foi postergada para julho de 2024 e a remuneração foi alterada para o equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,79% ao ano. Os custos incorridos com as emissões das CCBs (1ª e 2ª emissão), incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$3.647 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$232 (R$463 no ano de 2022). ii. Em 20 de maio de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (CVM" n° 476), no montante de R$500.000, com remuneração de 100% do DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,15% ao ano, com vigência de 4 (quatro) anos, sendo amortizado anualmente, em 2 (duas) parcelas, a partir do terceiro ano (inclusive), contado da data de emissão das debêntures, sendo a primeira parcela, 50% do valor nominal unitário, em 20 de maio de 2024 e, a última, na data de vencimento, em 20 de maio de 2025. Os custos incorridos com a 1ª emissão de debêntures, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$3.619 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$905 (R$905 no ano de 2022). iii. Em 18 de março de 2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais ("Notas Comerciais" e "Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei 14.195"), e da Instrução CVM 476, no montante de R$250.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,45% ao ano e prazo de liquidação previsto para 18 de março de 2027. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a primeira emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$1.528 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$306 (R$229 no ano de 2022). iv. Em 08 de abril de 2022, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia, no montante de R$600.000 (seiscentos milhões) dos quais, R$247.500 (duzentos e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da primeira série e R$352.500 (trezentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da segunda série. A primeira série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e a segunda série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,40% ao ano. As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 42 (quarenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de novembro de 2025 ("data de vencimento das debêntures da primeira série"), e as debêntures da segunda série terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de maio de 2028 ("data de vencimento das debêntures da segunda série"). Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$4.521 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$963 (R$641 no ano de 2022). v. Em 25 de abril de 2023, a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da lei 14.195 e da resolução CVM 160, no montante de R$50.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e prazo de liquidação previsto para 25 de abril de 2024. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão integralmente destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a segunda emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$536 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$402. vi. Em 22 de maio de 2023, a Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, ("Termo de Emissão", "Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei 14.195 e com a Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), no montante de R$200.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,70% ao ano e prazo de liquidação previsto para 25 de maio de 2025. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados para o capital de giro da emitente. Os custos incorridos com a segunda emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$3.331 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.110. Desde 01 de dezembro de 2021, o Grupo, realizava captações através da sua controlada Orion Instituição de Pagamentos cujo objetivo era liquidar as linhas de financiamento das carteiras de parcelado com juros, atraso, saque e refinanciamento da operação do novo cartão C&A Pay. Em 02 de maio de 2023, o Grupo liquidou os contratos de contas garantidas no valor de R$201.500. Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte do Grupo.

22.3. Previsão de pagamentos
A seguir a previsão de pagamentos dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023:

Vencimentos	**Controladora e Consolidado**
2024	**511.427**
2025	**663.508**
2026	**212.359**
2027	**212.588**
2028	**87.972**
	1.687.854

22.4. Movimentação dos empréstimos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Saldo em 31 de dezembro	**1.987.375**	**1.358.756**	**2.150.832**	**1.374.826**
Novos empréstimos/debêntures	**250.000**	850.000	**381.372**	1.291.249
Juros	**255.421**	272.449	**255.421**	272.449
Juros repassado e a repassar (*)	**–**	–	**(1.899)**	1.180
Custo de captação	**(4.183)**	(6.104)	**(4.983)**	(7.574)
Amortização dos custos	**4.389**	2.777	**5.188**	4.247
Pagamento de principal	**(452.500)**	(295.000)	**(745.429)**	(590.042)
Pagamento dos juros	**(352.648)**	(195.503)	**(352.648)**	(195.503)
Saldo em 31 de dezembro	**1.687.854**	**1.987.375**	**1.687.854**	**2.150.832**

(*) Refere-se à operação de cláusula mandato que foi liquidada em 02/05/2023. **22.5. Cláusulas contratuais restritivas "covenants":** Com base nas cláusulas dos contratos vigentes, o Grupo deve cumprir com os seguintes "*covenants*" financeiros, cuja mensuração é anual, em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir: • Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16. O Grupo monitora periodicamente os indicadores financeiros que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade do Grupo de conduzir seus negócios até o momento. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpria com todas as cláusulas de covenants.

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Salários a pagar	**35.039**	32.934	**35.227**	32.934
13º salário, férias e participação nos lucros	**160.647**	143.350	**161.352**	143.350
Encargos sociais (i)	**53.152**	29.818	**53.525**	29.818
	248.838	206.102	**250.104**	206.102
Passivo circulante	**230.098**	198.732	**231.364**	198.732
Passivo não circulante	**18.740**	7.370	**18.740**	7.370

(i) R$ 20.718 refere-se aos encargos sobre incentivos de longo prazo (Plano de remuneração baseado em ações nota 10) de dez/23 (R$ 2.418 em dez/22).

24. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
ICMS	**154.009**	151.788	**154.009**	151.788
PIS/COFINS	**61.600**	100.039	**62.323**	101.170
ISS	**1.040**	4.991	**2.591**	5.482
IR/CSLL	**68.339**	–	**76.247**	–
Outros	**5.194**	4.999	**4.489**	5.464
	290.182	261.817	**299.659**	263.904
Passivo circulante	**277.772**	245.954	**287.249**	248.041
Passivo não circulante	**12.410**	15.863	**12.410**	15.863

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

25.1. Política contábil: O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e o Grupo tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados para fins de apresentação nas demonstrações contábeis. **25.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pelo Grupo.

	Controladora				
	31/12/2022	**Constituição (reversão)**	**Pagamentos**	**Atualização**	**31/12/2023**
Tributárias	**245.782**	**(7.932)**	**(632)**	**16.281**	**253.499**
Trabalhistas 23.2 (iv)	**29.371**	**11.548**	**(12.845)**	**3.081**	**31.155**
Cíveis	**3.688**	**3.907**	**(4.922)**	**215**	**2.888**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**278.841**	**7.523**	**(18.399)**	**19.577**	**287.542**
Depósitos judiciais com passivo correspondente	**(96.091)**	**–**	**–**	**(7.660)**	**(103.751)**
Provisão líquida de depósitos judiciais	**182.750**	**7.523**	**(18.399)**	**11.917**	**183.791**

	Consolidado				
	31/12/2022	**Constituição (reversão)**	**Pagamentos**	**Atualização**	**31/12/2023**
Tributárias	**245.782**	**(7.932)**	**(632)**	**16.281**	**253.499**
Trabalhistas 23.2 (iv)	**29.371**	**11.548**	**(12.845)**	**3.081**	**31.155**
Cíveis	**3.785**	**5.008**	**(4.922)**	**215**	**4.086**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**278.938**	**8.624**	**(18.399)**	**19.577**	**288.740**
Depósitos judiciais com passivo correspondente	**(96.091)**	**–**	**–**	**(7.660)**	**(103.751)**
Provisão líquida de depósitos judiciais	**182.847**	**8.624**	**(18.399)**	**11.917**	**184.989**

	Controladora				
	31/12/2021	**Constituição (reversão)**	**Pagamentos**	**Atualização**	**31/12/2022**
Tributárias	220.978	9.128	–	15.676	245.782
Trabalhistas 23.1 (iv)	30.095	5.955	(10.544)	3.865	29.371
Cíveis	3.710	7.017	(7.445)	406	3.688
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	254.783	22.100	(17.989)	19.947	278.841
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(85.257)	(2.361)	–	(8.473)	(96.091)
Provisão líquida de depósitos judiciais	169.526	19.739	(17.989)	11.474	182.750

	Consolidado				
	31/12/2021	**Constituição (reversão)**	**Pagamentos**	**Atualização**	**31/12/2022**
Tributárias (i, ii e iii)	220.978	9.128	–	15.676	245.782
Trabalhistas (iv)	30.095	5.955	(10.544)	3.865	29.371
Cíveis (iv)	3.710	7.114	(7.445)	406	3.785
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	254.783	22.197	(17.989)	19.947	278.938
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(85.257)	(2.361)	–	(8.473)	(96.091)
Provisão líquida de depósitos judiciais	169.526	19.836	(17.989)	11.474	182.847

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos: *(i)* PIS/COFINS: Glosa de direito ao crédito de PIS e COFINS em (i) insumos utilizados na atividade fim e de (ii) créditos de COFINS Importação; *(ii)* ICMS: Glosa de direito ao crédito de ICMS sobre (i) encargos vinculados às operações com energia elétrica e (ii) créditos de fornecedores declarados inidôneos; *(iii)* Outras Tributárias: discussão acerca da exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta. *(iv)* Cíveis e trabalhistas: A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que o Grupo está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos do Grupo. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de setembro de 2023. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes. Depósitos judiciais com passivo correspondente: A companhia mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a (i) COFINS Importação e (ii) exclusão do ICMS e ISS da Base de cálculo da CPRB; (iii) Contribuição Social sobre o adicional de 10% sobre o FGTS. **25.3. Depósitos judiciais:** O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é no total, atualizado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Tributários	**20.522**	32.893	**20.522**	32.893
Trabalhistas e Cíveis	**27.119**	28.397	**27.146**	28.397
Total	**47.641**	61.290	**47.668**	61.290

Para os depósitos judiciais mencionados, não há provisão constituída devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais. **25.4. Contingências não provisionadas:** Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui o montante atualizado de R$379.235 (R$362.640 em 31 de dezembro de 2022), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes. Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

	Controladora e Consolidado	
	2023	**2022**
PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos (a)	**–**	191.472
PIS/COFINS - Glosa de créditos (b)	**146.647**	26.373
PIS/COFINS - Compensações não homologadas (c)	**51.314**	41.259
Tributos de Importação sobre Royalties (d)	**30.685**	18.794
INSS - Compensações não homologadas e outros (e)	**66.796**	38.297
ICMS - Glosa de créditos e outros (f)	**47.850**	29.681
Outras demandas (g)	**35.943**	16.764
	379.235	362.640

(a) Discussão relativa a benefício fiscal oriundo da Lei nº 11.196/05, relativo à venda de produtos eletrônicos. (b) PIS/COFINS - Glosa de créditos relativos às despesas utilizadas como insumos. (c) PIS/COFINS - Processos administrativos em que discute a não homologação das compensações. (d) PIS/COFINS - Importação - Discussão sobre a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas. (e) INSS - Processos administrativos em que discute a não homologação de pedidos de compensação de créditos previdenciários. (f) ICMS - Glosa de créditos de ICMS. (g) IRPJ - Processos administrativos em que discute a não homologação das compensações. Com relação às causas cíveis e trabalhistas, o Grupo informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas para os processos com expectativa de perda provável levando em consideração a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados. Em decorrência de fatores externos, não sob controle do Grupo, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que o Grupo venha a perder.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Política contábil: O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. **26.2. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social no valor de R$1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (308.245.068 em 31 de dezembro de 2022), das quais a quantidade de ações em circulação é de 103.375.546 ações ordinárias (104.150.035 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022). A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

	2023		2022	
	Quantidade de ações	**%**	**Quantidade de ações**	**%**
COFRA Investment SARL	100.363.049	32,56%	100.363.049	32,56%
Incas SARL	100.939.166	32,75%	100.939.166	32,75%
COFRA Latin America	17.121	0,01%	17.121	0,02%
Administração	899.686	0,29%	805.797	0,26%
Tesouraria	2.650.500	0,86%	1.969.900	0,64%
Ações em circulação	103.375.546	33,54%	104.150.035	33,79%
Total	**308.245.068**	**100%**	**308.245.068**	**100%**

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 443.245.068 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal. **26.3. Ações em tesouraria:** Em 12 de novembro de 2021, foi comunicado ao mercado a aprovação, em Reunião do Conselho da Administração (RCA), do Programa de Recompra de ações, com duração de 18 meses, iniciando na data desse comunicado e terminando em 11 de maio de 2023. Em RCA de 11 de maio de 2023 foi comunicado o encerramento do Programa.

	Quantidade	**Custo médio por ação**	**Valor histórico**	**Valor de mercado**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**214.500**	**6,35**	**1.362**	**1.319**
Recompra de ações	1.755.400	3,09	5.416	5.416
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.969.900**	**3,44**	**6.778**	**4.511**
Recompra de ações	680.600	2,53	1.720	1.720
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.650.500**	**3,21**	**8.498**	**20.753**

26.4. Reserva de capital - ações outorgadas: Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10. **26.5. Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O montante destinado a reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 65.208 (R$ 65.092 em 31 de dezembro de 2022). **26.6. Reserva de lucros a realizar:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou R$ 75.720 para a reserva de lucros a realizar. A realização deste lucro está condicionada à utilização dos créditos de PIS/Cofins da 2ª ação, os quais ainda estão pendentes de utilização, e por este motivo permanecem nesta reserva (R$75.720 em 31 de dezembro de 2022). **26.7. Reserva para investimento:** Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro do Grupo e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 969.256. **26.8. Reserva para incentivos fiscais:** O Grupo goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 31 de dezembro de 2023 o total da reserva para incentivos fiscais é de R$14.560 (R$ 12.341 em 31 de dezembro de 2022). O Grupo destinou em 2023 o montante de R$2.219 (R$789 em 31 de dezembro de 2022). **26.9. Ajustes de avaliação patrimonial:** Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 32.

27. DIVIDENDOS E JSCP A PAGAR

27.1. Política contábil: Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas, e é reconhecida como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. **27.2. Distribuição de JSCP e dividendos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o lucro apurado pela Companhia foi destinado à reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme mencionado na Nota 26.

28. RECEITA LÍQUIDA

28.1. Política contábil: A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de mercadorias: A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis, o Grupo reconhece uma receita. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados. b) Prestação de serviços: A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pelo Grupo. As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões. c) Receita com securitização de créditos: A controlada Orion reconhece a receita por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente. d) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros - parceria Bradescard: Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação do Grupo, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados. e) Receitas com produtos financeiros: Representa os juros das vendas parceladas e juros de atraso da carteira originada na SCD - C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("SCD") e cedida ao FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório. Em conformidade com o regime de competência, as receitas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem na medida em que seja provável o seu recebimento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia e está registrada como receita com produtos financeiros.
28.2. Composição da receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Venda de mercadorias	**8.834.284**	8.175.912	**8.820.276**	8.175.912
Cancelamentos, trocas e vouchers	**(501.109)**	(491.795)	**(501.109)**	(491.795)
Impostos sobre vendas de mercadorias	**(1.982.467)**	(1.779.342)	**(1.982.467)**	(1.779.915)
Receita líquida com venda de mercadorias	**6.350.708**	5.904.775	**6.336.700**	5.904.202
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros(*)	**152.151**	200.076	**415.621**	316.238
Impostos sobre comissões e serviços	**(21.659)**	(23.586)	**(33.004)**	(36.890)
Receita líquida com prestação de serviços	**130.492**	176.490	**382.617**	279.348
	6.481.200	6.081.265	**6.719.317**	6.183.550

(*) A partir de maio/23 as operações com característica de financiamento do C&A Pay até então sustentadas pela cláusula mandato junto à instituição financeira parceira, foram migradas para a SCD - C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("SCD"). A carteira originada na SCD por sua vez, é cedida, no dia seguinte à sua originação, a um FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório, o qual registra juros das vendas parceladas e juros de atraso.

29. RESULTADO POR NATUREZA

29.1. Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	**(3.196.478)**	(3.076.995)	**(3.197.049)**	(3.077.441)
Gerais e administrativas	**(783.776)**	(676.045)	**(786.065)**	(682.646)
Vendas	**(2.106.144)**	(2.178.333)	**(2.183.983)**	(2.260.266)
Perdas em créditos, liquidas	**–**	–	**(223.878)**	(64.271)
Outras receitas operacionais, líquidas	**66.362**	170.287	**66.106**	169.254
	(6.020.036)	(5.761.086)	**(6.324.869)**	(5.915.370)

29.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Pessoal	**(323.540)**	(303.700)	**(325.355)**	(309.835)
Material/serviços de terceiros	**(151.371)**	(125.195)	**(151.660)**	(125.578)
Depreciação e amortização	**(224.490)**	(171.218)	**(224.582)**	(171.311)
Depreciação direito de uso	**(25.662)**	(25.748)	**(25.662)**	(25.748)
Ocupação	**(13.530)**	(11.784)	**(13.530)**	(11.784)
Outros	**(45.183)**	(38.400)	**(45.276)**	(38.390)
	(783.776)	(676.045)	**(786.065)**	(682.646)

29.3. Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Pessoal	**(692.063)**	(692.640)	**(714.521)**	(731.739)
Material/serviços de terceiros	**(314.152)**	(323.899)	**(358.939)**	(351.675)
Depreciação direito de uso	**(314.510)**	(321.079)	**(314.510)**	(321.079)
Depreciação e amortização	**(143.073)**	(123.749)	**(143.073)**	(123.749)
Ocupação	**(349.398)**	(353.337)	**(349.398)**	(353.337)
Publicidade e Promoção	**(106.710)**	(161.389)	**(106.739)**	(161.389)
Outros	**(186.238)**	(202.240)	**(196.803)**	(217.298)
	(2.106.144)	(2.178.333)	**(2.183.983)**	(2.260.266)

29.4. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza: São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Baixa de ativos	**(8.410)**	(8.592)	**(8.410)**	(8.592)
Reversão *impairment*:				
Encerramento/reforma de lojas/CDs	**3.816**	3.966	**3.816**	3.966
Teste de recuperabilidade	**–**	2.174	**–**	2.174
Encerramento de lojas e CD (a)	**(7.407)**	–	**(7.407)**	–
Recuperação de créditos tributários (b)	**73.094**	200.382	**73.094**	200.382
Reversão (provisão) contingências tributárias	**10.536**	(6.453)	**10.536**	(6.453)
Consultorias Estratégicas	**(5.030)**	(7.104)	**(5.030)**	(7.104)
Outros	**(237)**	(14.086)	**(493)**	(15.119)
	66.362	170.287	**66.106**	169.254

(a) Contempla baixa de estoque, multas contratuais e rescisões trabalhistas. (b) A recuperação de créditos está demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos de PIS e COFINS no montante de R$31.679 em 2023 (R$99.487 em 2022), créditos previdenciários no montante de R$12.171 em 2023 (R$41.516 em 2022), créditos de ICMS no montante de R$6.960 em 2023 (R$19.025 em 2022) e outros créditos de menor valor.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Variação cambial				
Variação cambial - Compras	**1.980**	324	**1.980**	324
	1.980	324	**1.980**	324
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	**(255.421)**	(272.366)	**(255.421)**	(272.366)
Juros sobre arrendamento	**(160.119)**	(156.537)	**(160.119)**	(156.537)
Despesa financeira de fornecedores - AVP	**(116.293)**	(88.611)	**(116.293)**	(88.611)
Juros com fornecedor Bradescard	**(70.570)**	(54.328)	**(70.570)**	(54.328)
Juros sobre impostos e contingências	**(22.151)**	(21.742)	**(22.164)**	(21.747)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 8.3)	**(47.468)**	(2.284)	**(4.110)**	(2.334)
Outras despesas financeiras	**(6.638)**	(4.079)	**(7.799)**	(5.416)
	(678.660)	(599.947)	**(636.476)**	(601.339)

continua →★

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:24:17 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita financeira				
Atualização monetária sobre créditos tributários (a)	**85.300**	168.737	**82.023**	168.642
Juros sobre aplicação financeira	**87.057**	110.312	**104.992**	111.662
Receita financeira de fornecedores	**11.687**	9.248	**11.687**	9.248
Outros	**43**	7	**43**	7
	184.087	288.304	**198.745**	289.559
Resultado FIDC C&A Pay	**(4.648)**	–	–	–
Resultado com Titulos e valores mobiliários	**–**	–	**7.068**	–
Resultado financeiro, líquido	**(497.241)**	(311.319)	**(428.683)**	(311.456)

(a) Em dezembro de 2023, as receitas com juros contemplam o valor de R$67.821 (R$125.784 em dezembro de 2022) referente a atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R$3.154 (R$5.849 em dezembro de 2022) vide nota 12.2.1.5.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A Administração do Grupo definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros e as principais características para cada uma das divisões são: (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce. (ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias com o cartão C&A Pay

	Varejo 2023	Varejo 2022	Serviços financeiros 2023	Serviços financeiros 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita com terceiros	**6.362.725**	5.926.173	**356.592**	257.377	**6.719.317**	6.183.550
Custo das vendas e dos serviços prestados	**(3.195.966)**	(3.075.909)	**(1.083)**	(1.532)	**(3.197.049)**	(3.077.441)
Lucro bruto	**3.166.759**	**2.850.264**	**355.509**	**255.845**	**3.522.268**	**3.106.109**
Vendas	**(1.535.283)**	(1.617.101)	**(191.117)**	(198.337)	**(1.726.400)**	(1.815.438)
Gerais e administrativas	**(515.148)**	(473.412)	**(20.673)**	(12.175)	**(535.821)**	(485.587)
Perdas em créditos, líquidas	**–**	–	**(223.878)**	(64.271)	**(223.878)**	(64.271)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**66.359**	170.281	**(253)**	(1.027)	**66.106**	169.254
Resultado gerado pelos segmentos	**1.182.687**	**930.032**	**(80.412)**	**(19.965)**	**1.102.275**	**910.067**
Depreciação e amortização	**(692.289)**	(626.334)	**(15.538)**	(15.553)	**(707.827)**	(641.887)
Resultado financeiro					**(428.683)**	(311.456)
Impostos sobre o lucro					**36.572**	44.105
Lucro líquido do exercício					**2.337**	**829**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL

32.1. Instrumentos financeiros - Política Contábil: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. No Grupo estão classificados em: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado, (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (i) Custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. (ii) Valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação. (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários (LFTs) mantidas como disponíveis para venda. O Grupo adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros. b) *Hedge de fluxo de caixa:* O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa. A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro. **32.2. Instrumentos financeiros - classificação:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

Controladora

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.130.245**	**–**	**–**	**1.130.245**
Aplicações financeiras	**–**	**–**	**–**	**–**
Contas a receber	**1.054.599**	**–**	**–**	**1.054.599**
FIDC C&A Pay	**–**	**791.352**	**–**	**791.352**
Derivativos	**–**	**–**	**721**	**721**
Partes relacionadas	**342**	**–**	**–**	**342**
Depósitos judiciais	**47.641**	**–**	**–**	**47.641**
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	**(1.711.423)**	**–**	**–**	**(1.711.423)**
Fornecedores	**(2.088.945)**	**–**	**–**	**(2.088.945)**
Empréstimos e debêntures	**(1.687.854)**	**–**	**–**	**(1.687.854)**
Derivativos	**–**	**–**	**(1.392)**	**(1.392)**
Partes relacionadas	**(79.760)**	**–**	**–**	**(79.760)**
Total em 31 de dezembro de 2023	**(3.335.155)**	**791.352**	**(671)**	**(2.544.74)**

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.627.977	–	–	1.627.977
Aplicações financeiras	8.735	–	–	8.735
Contas a receber	1.065.961	–	–	1.065.961
Derivativos	–	–	1.371	1.371
Partes relacionadas	4.411	–	–	4.411
Depósitos judiciais	61.290	–	–	61.290
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	–	–	(1.789.212)
Fornecedores	(1.865.384)	–	–	(1.865.384)
Empréstimos e debêntures	(1.987.375)	–	–	(1.987.375)
Derivativos	–	–	(1.756)	(1.756)
Partes relacionadas	(48.567)	–	–	(48.567)
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.922.164)	–	(385)	(2.922.549)

Consolidado

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.155.588**	**–**	**–**	**1.155.588**
Aplicações financeiras	**–**	**107.604**	**83.983**	**191.587**
Contas a receber	**1.778.421**	**–**	**–**	**1.778.421**
FIDC C&A Pay	**–**	**–**	**–**	**–**
Derivativos	**–**	**–**	**721**	**721**
Partes relacionadas	**111**	**–**	**–**	**111**
Depósitos judiciais	**47.668**	**–**	**–**	**47.668**
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	**(1.711.423)**	**–**	**–**	**(1.711.423)**
Fornecedores	**(2.105.182)**	**–**	**–**	**(2.105.182)**
Empréstimos e debêntures	**(1.687.854)**	**–**	**–**	**(1.687.854)**
Derivativos	**–**	**–**	**(1.392)**	**(1.392)**
Partes relacionadas	**(71.661)**	**–**	**–**	**(71.661)**
Total em 31 de dezembro de 2023	**(2.594.332)**	**107.604**	**83.312**	**(2.403.416)**

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.674.091	–	–	1.674.091
Aplicações financeiras	8.735	–	–	8.735
Contas a receber	1.278.206	–	–	1.278.206
Derivativos	–	–	1.371	1.371
Partes relacionadas	171	–	–	171
Depósitos judiciais	61.290	–	–	61.290
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	–	–	(1.789.212)
Fornecedores	(1.877.223)	–	–	(1.877.223)
Empréstimos e debêntures	(2.150.832)	–	–	(2.150.832)
Derivativos	–	–	(1.756)	(1.756)
Partes relacionadas	(43.592)	–	–	(43.592)
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.838.366)	–	(385)	(2.838.751)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo foram avaliados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pela hierarquia na categoria nível 2 que correspondem a dados observáveis significativos. **32.3. Gestão de risco financeiro:** As atividades do Grupo as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira do Grupo. a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes e de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos. *Risco de taxa de juros:* O Grupo está exposto ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI. O Grupo busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% dos empréstimos estão no mercado de renda fixa e indexados ao CDI. O Grupo também está exposto ao CDI na operação a pagar ao Bradescard referente à compra do balcão.

A administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 28 de dezembro de 2023 (CDI anualizado 10,46%).

Controladora

	Risco	Saldo em 31/12/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros: Cenário possível + 25%	Aumento nos Juros: Cenário remoto + 50%	Queda nos juros: Cenário possível - 25%	Queda nos juros: Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras (i)	Baixa CDI	1.059.262	CDI (i)	106.051	132.564	159.077	79.538	53.025
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.687.854)	CDI (i)	(176.549)	(220.687)	(264.824)	(132.412)	(88.275)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(539.898)	CDI (i)	(56.473)	(70.591)	(84.710)	(42.355)	(28.236)
Exposição líquida/ Efeito resultado antes IR/CS		**(1.168.490)**		**(126.971)**	**(158.714)**	**(190.457)**	**(95.229)**	**(63.486)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(83.801)**	**(104.751)**	**(125.702)**	**(62.851)**	**(41.901)**

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 100,43% do CDI.

Consolidado

	Risco	Saldo em 31/12/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros: Cenário possível + 25%	Aumento nos Juros: Cenário remoto + 50%	Queda nos juros: Cenário possível - 25%	Queda nos juros: Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras (i)	Baixa CDI	1.269.421	CDI (i)	127.091	158.864	190.637	95.318	63.545
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.687.854)	CDI (i)	(176.549)	(220.686)	(264.824)	(132.412)	(88.274)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(539.898)	CDI (i)	(56.473)	(70.592)	(84.710)	(42.355)	(28.236)
Exposição líquida/ Efeito resultado antes IR/CS		**(958.331)**		**(105.931)**	**(132.414)**	**(158.897)**	**(79.449)**	**(52.965)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(69.914)**	**(87.393)**	**(104.872)**	**(52.436)**	**(34.957)**

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 100,36% do CDI. *Risco cambial:* risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração do Grupo e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. O Grupo se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de *hedge* definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido. No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais o Grupo não está protegido. O Grupo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar. A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 29 de dezembro de 2023. A estimação dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

		Risco	Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenário Provável USD 1 = R$5,00	Cenários Negativos: Cenário Possível +25% USD 1 = R$6,25	Cenários Negativos: Cenário Remoto + 50% USD 1 = R$ 7,50
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(71.913)	(11.413)	(101.304)	(191.195)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	29.567	4.692	41.651	78.610
	Exposição líquida de pedidos de importação		**(42.346)**	**(6.721)**	**(59.653)**	**(112.585)**
	Impostos não recuperáveis **(36%)**		(25.889)	(4.109)	(36.469)	(68.830)
	Exposição líquida total		**(68.235)**	**(10.830)**	**(96.122)**	**(181.415)**
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		**(45.035)**	**(7.148)**	**(63.441)**	**(119.734)**

USD em 29/12/2023 = R$4,8413

Instrumentos financeiros designados para hedge accounting: Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial do Grupo. Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2023 contratos a termo (non-deliverable forward - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nocional) - USD	Valor a receber (pagar)
NDF	jan/2024	5.294	(140)
NDF	fev/2024	5.456	(184)
NDF	mar/2024	5.298	(289)
NDF	abr/2024	5.822	(331)
NDF	mai/2024	7.697	273
		29.567	**(671)**
Ativo circulante			**721**
Passivo circulante			**(1.392)**

b) Risco de crédito: *i) Caixa e equivalentes de caixa:* De acordo com a política do Grupo, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito. *ii) Recebíveis:* Em dezembro de 2021 houve o lançamento do cartão C&A Pay o qual foi operado pela controlada Orion até abril de 2023. A partir de maio de 2023 essa operação passou a ser responsabilidade da controlada SCD - C&A Pay Sociedade de Crédito Direto. Na operação atual, a SCD cede os recebíveis ao FIDC - C&A Pay Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 7.3). As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso. À medida que a operação do cartão C&A Pay estiver madura, as estimativas e metodologias serão revisadas para adequar os níveis de provisão de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes. O risco de crédito das demais operações do Grupo é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para o Grupo apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard. A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes. c) Risco de liquidez: Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de: i) se precaver em momentos de incerteza; ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão; iii) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos. A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras. O Grupo investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). O Grupo também investe em LFTs (Nota 7) que podem ou não ser mantidos até o vencimento. O que é mantido até o vencimento está registrado ao custo amortizado e o que é disponível para venda está a valor justo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados do Grupo:

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	501.642	808.054	401.727	**1.711.423**
Empréstimos	511.427	1.176.427	–	**1.687.854**
Fornecedores	1.189.225	551.248	–	**1.740.473**
Obrigações do risco sacado	364.709	–	–	**364.709**
Total	**2.567.003**	**2.535.729**	**401.727**	**5.504.459**

32.4. Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações. O Grupo administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	**1.687.854**	1.987.375	**1.687.854**	2.150.832
Caixa e equivalentes de caixa	**(1.130.245)**	(1.627.977)	**(1.155.588)**	(1.674.091)
Aplicações financeiras	**–**	(8.735)	**(191.587)**	(8.735)
Dívida (caixa) líquida	**557.609**	350.663	**340.679**	468.006
Participação de acionistas não controladores	**–**	–	**3**	1
Total do patrimônio líquido	**3.012.716**	3.000.195	**3.012.719**	3.000.196
Índice de alavancagem financeira	**19%**	12%	**11%**	16%

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R$1.711.423 (R$1.789.212 em 31 de dezembro de 2022). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 75%, como segue:

Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Dívida (caixa) líquida	**557.609**	350.663	**340.679**	468.006
Passivo de arrendamento	**1.711.423**	1.789.212	**1.711.423**	1.789.212
Dívida líquida ajustada	**2.269.032**	2.139.875	**2.052.102**	2.257.218
Total do patrimônio líquido	**3.012.716**	3.000.195	**3.012.719**	3.000.196
Índice de alavancagem financeira	**75%**	71%	**68%**	75%

32.5. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado do Grupo:

	31 de dezembro de 2022	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	31 de dezembro de 2023
Arrendamentos (i)	**1.789.212**	(519.024)	173.079	135.513	132.643	**1.711.423**
Empréstimos e debêntures	**2.150.832**	(723.587)	255.421	–	5.188	**1.687.854**
Total	**3.940.044**	**(1.242.611)**	**428.500**	**135.513**	**137.831**	**3.399.277**

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

	31 de dezembro de 2021	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	31 de dezembro de 2022
Arrendamentos (i)	**1.814.148**	(488.840)	165.719	209.863	88.322	**1.789.212**
Empréstimos e debêntures	**1.374.826**	498.130	273.629	–	4.247	**2.150.832**
Total	**3.188.974**	**9.290**	**439.348**	**209.863**	**92.569**	**3.940.044**

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

33. SEGUROS CONTRATADOS

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil e transporte de mercadoria. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Responsabilidade Civil	**313.688**	290.781
Patrimônio e Estoque	**529.900**	633.230
Transporte	**66.270**	69.807
Seguro Risco Cibernético	**50.000**	–
	959.858	993.818

34. PLANO DE APOSENTADORIA

34.1. Política contábil: A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras. **34.2. Plano de aposentadoria:** Em 2023, o Grupo contribuiu com R$ 7.130 (R$ 11.364 em 31 de dezembro de 2022) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2023 é de 4.500 participantes (5.647 em 31 de dezembro de 2022), tendo 192 participantes assistidos (185 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R$ 303 (R$632 em 31 de dezembro de 2022).

35. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Resultado básico por ação	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**2.337**	829
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	**305.594.568**	306.275.168
Lucro básico por ação - R$	**0,0076**	0,0027
Resultado diluído por ação	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**2.337**	829
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**305.594.568**	306.275.168
Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	**3.182.503**	2.751.213
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	**308.777.071**	309.026.381
Lucro diluído por ação - R$	**0,0076**	0,0027

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 10. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o plano de remuneração baseado em ações proporcionou diluição.

36. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa foram: (i) a aquisição de bens do ativo imobilizado no valor de R$7.040 (R$24.336 em 2022). (ii) a aquisição de intangível no valor de R$13.580 (R$73.746 em 2022). (iii) reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos foram no montante de R$132.643 (R$88.322 em 2022), remensurações de R$135.513 (R$209.863 em 2022) e contratos encerrados no montante de R$2.581 (R$6.577).

	Consolidado e Consolidado 2023	Consolidado e Consolidado 2022
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**7.040**	24.336
Aquisição de intangível	**13.580**	73.746
Contratos novos de direito de uso	**132.643**	88.322
Contratos novos passivo de arrendamento	**(132.643)**	(88.322)
Remensuração de contratos de direito de uso	**135.513**	209.863
Remensuração de passivo de arrendamento	**(135.513)**	(209.863)
Contratos de arrendamento encerrados	**2.581**	(6.577)

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Correa Junior - Presidente
Laurence Beltrão Gomes - Vice-Presidente de Adm, Finanças e de Relações com Investidores
Francislei Cassio Donatti - Vice-Presidente Comercial
Fernando Garcia Brossi - Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros
Maria Carolina Brasil Borghesi - Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Marcos Guimarães Grasso - Presidente do Conselho de Administração
Cristina Presz Palmaka de Luca - Membro Independente do Conselho de Administração
Isabella de Oliveira V. Cavalcanti Wanderley - Membro Independente do Conselho de Administração
Jamil Saud Marques - Membro Independente do Conselho de Administração
Peter Takaharu Furukawa - Membro Independente do Conselho de Administração

CONTADORA

Andréa Barana - CRC 1SP263149/O-1

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

O Conselho de Auditoria, Riscos e Finanças da C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "C&A"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2024, na sede da Companhia localizado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Al. Araguaia, 1.222, Alphaville, procedeu à análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, com base nos trabalhos efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da C&A a aprovação dessas Demonstrações Financeiras para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Jamil Saud Marques | **Ana Paula Malvestio** | **Jorge Roberto Manoel**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data.

Barueri, 28 de fevereiro de 2024

DIRETORES

Paulo Correa Junior – Diretor Presidente
Laurence Beltrão Gomes – Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores
Francislei Cassio Donatti – Diretor Vice-Presidente Comercial
Fernando Garcia Brossi – Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2023.

Barueri, 28 de fevereiro de 2024

DIRETORES

Paulo Correa Junior – Diretor Presidente
Laurence Beltrão Gomes – Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores
Francislei Cassio Donatti – Diretor Vice-Presidente Comercial
Fernando Garcia Brossi – Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros

continua →

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:24:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br

continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.
O Conselho Fiscal da C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "C&A"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024, na sede da Companhia localizado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Al. Araguaia, 1.222, Alphaville, procedeu ao exame (i) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, bem como do relatório anual resumido e relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças estatutário da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) da proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Auditoria Externa, fundamentado no Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, do qual não constam ressalvas, os membros do Conselho Fiscal concluíram que as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o relatório da administração e as contas dos administradores , a proposta da administração para orçamento de capital e a proposta da administração para a destinação do resultado expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.
Em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento destes documentos para apreciação em Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

Diego Santana Tristão **Marina De Mesquita Willisch** **Rafael de Souza Morsch**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **C&A Modas S.A. -** Barueri - SP. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da C&A Modas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$705.479 mil em 31 de dezembro de 2023, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa n° 14. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Realização dos créditos tributários extemporâneos: Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui créditos tributários extemporâneos relativos a PIS e COFINS no montante de R$664.919 mil e de ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica no montante de R$ 81.794 mil, oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções de suas informações financeiras prospectivas. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções de informações financeiras prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas. Como a nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções financeiras futuras. As projeções de informações financeiras prospectivas foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa n° 12. Identificamos deficiência significativa nos controles internos da Companhia a respeito do reconhecimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de créditos extemporâneos, reconhecidos na competência incorreta. Comunicamos à administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos Financeiros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos saldos de créditos extemporâneos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Contingências tributárias: A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2023 era de R$253.499 mil (R$149.748 mil, líquido dos depósitos judiciais com passivo correspondente), conforme divulgado na Nota Explicativa n° 25. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram tomadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R$379.235 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 25.4, não provisionado contabilmente nas demonstrações contábeis dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo suas opiniões com relação ao estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa n° 25 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. *Ambiente de Tecnologia da Informação:* A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação, para o processamento e geração de informações financeiras e contábeis que impactam diretamente as demonstrações contábeis, como um principal assunto de auditoria. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTIs") implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; e (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia; e (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Identificamos deficiências nos controles de acesso lógico relacionados a segregação de funções e de mudanças, de gestão de infraestrutura, de concessão de acessos, de revogação de acesso, de alteração de acesso, e de revisão de acesso. As deficiências identificadas alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2023. Levando isto em consideração, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O

EY Building a better working world

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/02/2024 20:24:46 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*